



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**HUGO SANTIAGO MENDES**

**O BOMBARDEIO DE 1912.**  
**Disputa política e cotidiano na Bahia na Primeira República.**

Salvador  
2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**HUGO SANTIAGO MENDES**

**O BOMBARDEIO DE 1912.  
Disputa política e cotidiano na Bahia na  
Primeira República.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro, UFBa.

Salvador  
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MENDES, HUGO SANTIAGO MENDES

O BOMBARDEIO DE 1912. Disputa política e cotidiano na Bahia na Primeira República / HUGO SANTIAGO MENDES MENDES. -- Salvador, 2019.

92 f. : il

Orientador: Dr. Antonio Luigi Negro, Negro.

TCC (Graduação - Historia) -- Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2019.

1. Bahia;. 2. Primeira República. 3. política; . 4. bombardeio. 5. participação popular. I. Negro, Dr. Antonio Luigi Negro,. II. Título.



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Hugo Santiago Mendes	216121210	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
O bombardeio de 1912. Disputa política e cotidiano na Bahia na Primeira República		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Antonio Luigi Negro - UFBA	<i>[Handwritten Signature]</i>	94115320710
Felipe Azevedo - PPGH UFBA	<i>[Handwritten Signature]</i>	069540464-42
Philippe Murillo Santana de Carvalho - IFBA	<i>[Handwritten Signature]</i>	01237106508

ATA

Aos *11* dias do mês de *fevereiro* do ano de 2019, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Hugo Santiago Mendes, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História. Após a abertura da sessão, o professor Antonio Luigi Negro, orientador e presidente da banca julgadora deu a palavra ao autor, que fez sua exposição. Terminada esta, procedeu-se à argüição dos professores doutores, com as respostas do examinando em seguida. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu *aprovar* a dissertação apresentada. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

*A dissertação atende os pré-requisitos de pesquisa e análise históricas, contém tudo para a compreensão da Bahia na I República.*

Salvador, *11* de *fevereiro* de 2019: Hugo Santiago Mendes *[Handwritten Signature]*

Salvador, *11* de *fevereiro* de 2019: Antônio Luigi Negro *[Handwritten Signature]*

A Minha família: Inajara, Francisco, Huiara, Angélica, Ismael e Mariane.

Ao historiador Antonio Luigi Negro.

## AGRADECIMENTOS

O último ponto final que configura o fim da escrita é momento muito especial, seja pela satisfação de concluir uma etapa importante para minha vida acadêmica, mas também por proporcionar lembranças das pessoas que foram fundamentais para que isso ocorresse, pessoas que merecem um singelo agradecimento. Agradeço primeiramente a Deus, pela proteção e por ter colocado na vida pessoas especiais a exemplo dos dois grandes amores da minha vida: meu filho Francisco e minha filha Huiara. Chegar em casa depois de um dia de aula e trabalho e ao abrir a porta e me deparar com o lindo sorriso de ambos, me ajudou e muito a continuar nesta caminhada. Agradeço a minha esposa Inajara Abbude, que sempre me encorajava a tentar a seleção do mestrado, demonstrando uma confiança que no momento me faltava. A minha mãe Maria Angélica Mendes e a meu pai Ismael Mendes, que dedicaram a sua vida a dar uma educação de qualidade a seus filhos, abdicando muitas vezes de viagens e de um conforto para eles, uma atitude louvável e espontânea. A minha irmã Mariane Mendes pela vivência e pelo amor dedicado.

Agradeço e muito ao meu orientador Antonio Luigi Negro, por me aceitar como seu orientando, pela paciência, pelo apoio em todo o processo da pesquisa, uma dedicação tão sincera e gratuita que me deu força nos momentos difíceis. As excelentes informações para a pesquisa, demonstrando o grande conhecimento que detém, as correções minuciosas do texto, os encontros na sua sala e a atenção em responder os e-mails só ratificaram o que seus alunos já falavam: Gino é um professor simples, educado e altamente comprometido com a função social que a docência e a pesquisa têm para a nossa sociedade. Sou grato a meus professores da graduação em especial a Ialmar Leocadia e a Charles D'Santana. Eles foram essenciais na minha formação, e deles levo até hoje as contribuições historiográficas acerca da relação entre professores e alunos.

Não posso deixar de agradecer a Andrea Monteiro e Raquel Ribeiro ambas diretoras da rede municipal de educação de Lauro de Freitas e a Edson Lima e José Roberto ambos diretores da rede estadual de ensino. Andrea, Raquel, Edson e José me ajudaram muito nesta pesquisa, dando um forte apoio moral, já que tive que conciliar estudo, pesquisa e trabalho. Não seria possível conseguir desenvolver a pesquisa trabalhando 60 horas semanais sem o apoio deles e dos amigos docentes, Carlos Souza e Michele Lages, coordenadores dedicados.

Agradeço ao meu grande amigo Djalma Melo historiador, mestre e professor. Djalma foi fundamental nesta caminhada, sugerindo textos, dando opiniões na escrita e passando muito da sua experiência. Obrigado por estudar comigo para a seleção e por fazer as excelentes contribuições para o projeto de pesquisa. Agradeço também a Jetro Luz amigo da graduação, Heraldo de Deus amigo ainda da época do colégio pela ajuda fornecida. Agradeço aos professores do mestrado em especial a Wlamyra Ribeiro de Albuquerque e Felipe Azevedo, Valdemir Donizette Zamparoni, Lina Maria Brandao de Aras e Laura de Oliveira. Aos amigos que fiz na turma do mestrado, em especial a Larissa Penelu Bitencourt Pacheco.

Muito obrigado a todos!

## RESUMO

Este trabalho analisa o processo de luta pelo poder travado no estado da Bahia durante as primeiras décadas da Primeira República, fator fortemente influenciado pelo projeto político federal denominado pela historiografia brasileira de política das salvaçãoes. O salvacionismo executado durante o governo do presidente Hermes da Fonseca que visava a substituição dos grupos políticos tradicionais nos estados da nação, grupos que por algum motivo não conseguiram estabelecer os acordos necessários entre estado e União, atingiu a Bahia em janeiro de 1912. A busca pelo poder entre os grupos oligárquicos tradicionais, representado por Severino Vieira, José Marcelino, Aurélio Vianna e Rui Barbosa, contra um grupo oligárquico que busca ascensão, capitaneado por José Joaquim Barbosa resultou no bombardeio da cidade do Salvador em 10 de janeiro de 1912. Neste conflito onde as fortificações da cidade, o Exército a Polícia Militar e a imprensa, foram utilizados pelos grupos políticos de acordo com as seus interesses, a população se viu envolvida num conflito que alterou o cotidiano da cidade por dias. As ações populares frente ao bombardeio e as consequências desta luta pelo poder serão refletidas nesta pesquisa.

Palavras-chave: Bahia; Primeira República; política; bombardeio; participação popular.



## **ABSTRACT**

This MA dissertation analyzes the process of power struggle in the state of Bahia during the first decades of the First Republic, a factor strongly influenced by the federal political project called by the Brazilian historiography of politics of salvation. Salvationism during the administration of President Hermes da Fonseca aimed at replacing traditional political groups in the nation states, groups that for some reason failed to establish the necessary agreements between state and Union, reached Bahia in January 1912. The quest by power between the traditional oligarchic groups, represented by Severino Vieira, José Marcelino, Aurélio Vianna and Rui Barbosa, against an oligarchic group that seeks ascension, led by José Joaquim Barbosa resulted in the bombing of the city of Salvador on January 10, 1912. In this conflict where the fortifications of the city, the Military Police and the press were used by the political groups according to their interests, the population was involved in a conflict that changed the daily life of the city for days. The popular actions against the bombing and the consequences of this power struggle will be reflected in this research.

**Keywords:** Bahia; First Republic; politics; bombing; popular participation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1: A Mulata Velha.....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 2: A Mulata Velha.....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 3: A árvore fatal.....</b>	<b>19</b>
<b>Figura 4: Ministério do Presidente Hermes da Fonseca.....</b>	<b>20</b>
<b>Figura 5: Entre fogos.....</b>	<b>21</b>
<b>Figura 6: O sr. Presidente da República na Bahia.....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 7: Na Bahia.....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 8: General Sotero de Menezes.....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 9: Rui Barbosa.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 10: J.J. Seabra.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 11: Rui Barbosa.....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 12: Conego Galvão.....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 13: Aurélio Vianna.....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 14: A situação baiana: o novo canudos.....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 15: O ano novo.....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 16: Viagem à Bahia: a recepção da Mulata Velha.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 17: O bombardeio da Bahia.....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 18: Teatro São João.....</b>	<b>41</b>
<b>Figura 19: Catedral da Sé.....</b>	<b>41</b>
<b>Figura 20: Palácio dos Governadores no ano de 1871.....</b>	<b>42</b>
<b>Figura 21: Palácio dos Governadores no ano de 1900.....</b>	<b>42</b>

<b>Figura 22: Palácio dos Governadores no ano de 1912.....</b>	<b>43</b>
<b>Figura 23: Palácio dos Governadores no ano de 1912.....</b>	<b>43</b>
<b>Figura 24: O governo repõe... e o povo dispõe.....</b>	<b>57</b>
<b>Figura 25: A intervenção na Bahia.....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 26: Fogo: nas oligarquias!.....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 27: Movimento contra as oligarquias.....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 28: A intervenção na Bahia.....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 29: Protestamos!.....</b>	<b>65</b>
<b>Figura 30: Comício de protesto no Largo de São Francisco.....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 31: A polícia atacando o povo, no Largo de São Francisco.....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 32: Um quadro do “temporal” baiano.....</b>	<b>67</b>
<b>Figura 33: “Vox Populi Vox Dei” expressiva e comovedora charge a proposito da vontade das urnas.....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 34: No frigidus dos ovos.....</b>	<b>72</b>
<b>Figura 35: Na Bahia: os milagres de S. Marcelo.....</b>	<b>74</b>
<b>Figura 36: Figura36: Morte as oligarquias.....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 37: Sobre o tal bombardeio da Bahia.....</b>	<b>80</b>
<b>Figura 38: Viva o Marechal Hermes!.....</b>	<b>81</b>
<b>Figura 39: Meteorologia política.....</b>	<b>81</b>
<b>Figura 40: A semana de aviação política.....</b>	<b>82</b>
<b>Figura 41: O bombardeio da Bahia.....</b>	<b>83</b>
<b>Figura 42: As eleições na Bahia.....</b>	<b>83</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>PARTE I: A intervenção salvacionista e as brigas facciosas: as eleições baianas de 1911 e 1912.....</b>	<b>14</b>
As Salvações na Bahia: semelhanças e peculiaridades com outros estados.....	19
O bombardeio de Salvador: as eleições de 1911.....	22
A águia busca frear a raposa.....	28
Militares, pólvora e canhões.....	33
<b>PARTE II: Bombardeio, brasas e cinzas.....</b>	<b>38</b>
O bombardeio e o cotidiano da cidade: mortos, feridos e sobreviventes.....	43
O bombardeio e o cotidiano da cidade: políticos, imprensa e participação popular.....	55
<b>EPÍLOGO: Acusações e nenhuma neutralidade.....</b>	<b>70</b>
PERIÓDICOS CONSULTADOS.....	84
FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS.....	85
BIBLIOGRAFIA.....	86

# *INTRODUÇÃO*



## **A intervenção federal na Bahia na Primeira República**

O estado da Bahia passou por uma intervenção federal no ano de 1912 que culminou no bombardeio da sua capital, a cidade do Salvador. O estado que era exaltado pela sua elite letrada como a unidade da federação mais importante para a construção da nação brasileira, a Bahia terra mãe de Cabral, a Bahia decisiva na independência do Brasil, a Bahia que não combinava com a tirania como apresenta seu saudoso hino, esse mesmo estado encontrava-se inserido numa luta entre as oligarquias locais pela manutenção e/ou conquista do poder político local.

O novo cenário republicano não era visto com bons olhos por uma parcela da elite, que acusava o novo regime de esquecer toda a relevância cultural, econômica e política que o estado ofereceu para o fortalecimento da construção do estado nacional. Como podemos ler acima, uma parcela, um grupo que estava sobre o risco de perder muito mais do que uma representatividade a nível nacional tão reclamada nos discursos e escritos que lembravam de forma bastante saudosista os tempos de ouro da colônia e em especial do Império. Um grupo que via com a mudança do regime a tão natural

organização de novas alianças, o surgimento de novos líderes políticos, o aparecimento de um novo cenário político, onde a mudança se daria via negociação ou força.

Este cenário presente nesta pesquisa trata-se do governo federal do presidente Hermes da Fonseca, eleito numa eleição que teve como candidato um baiano, o político e jurista Rui Barbosa, eleição esta que ficou famosa durante a Primeira República devido às caravanas que foram realizadas pelo país. Não que a intervenção de 1912 tenha sido necessariamente uma resposta a Barbosa, até porque outros estados passaram por tal ação militar, mas ambos iniciaram outro embate político, cada um representando um grupo político, um embate que teve uma participação popular interessante.

Como veremos na primeira parte da dissertação haverá por parte do governo Hermista uma política de renovação das oligarquias estaduais, um momento histórico denominado de Política das Salvações. A Bahia como outras unidades da federação passaram por essa transição política, uma transição que gerou muita reclamação por parte dos grupos políticos que se consideravam injustiçados, indivíduos que estavam a muito tempo no poder. Interessante perceber que esta disputa oligárquica pelo poder terminou afetando o cotidiano de todos os estados que passaram pelo salvacionismo, levando esta disputa política interferir de forma considerável na vida daqueles que viviam nas cidades, as classes que apesar de ter opiniões e ações que demonstravam suas orientações políticas, os indivíduos letrados e não letrados, os trabalhadores, homens e mulheres que compunham o grupo civil, eram por vezes ignorados, levando a necessidade de se fazer aparecer.

A questão que essa pesquisa visa tratar é justamente as condições que levaram a substituição do grupo político que estava no poder, grupo liderado pelos políticos José Marcelino e Severino Vieira, por uma nova oligarquia que tinha como principal representante José Joaquim Seabra. Refletir a chegada deste novo grupo político ao poder, os acordos, as disputas políticas, a violência e como as classes subalternas reagiram a este processo, uma mistura de ações que permearam medo, mortes, manifestações e ações políticas é o interesse central desta pesquisa.

Entender a intervenção federal que culminou no bombardeio da cidade do Salvador é muito mais do que apenas ressaltar um rito de passagem de poder. É compreender os mecanismos utilizados para este fim, uma disputa que apresentou durante todo o processo negociações, um poder de barganha dos grupos políticos baianos frente a esfera federal, demonstrando que a Velha Bahia, não estava tão desprestigiada assim na Primeira República como muitos afirmavam. É compreender

como o cenário de alteração política afetou o cotidiano da cidade e os seus indivíduos; é apresentar o papel desempenhado por sujeitos históricos oriundos das classes subalternas neste jogo político, seja quando foram utilizados a partir dos interesses dos grupos políticos, às vezes como meros expectadores, às vezes como atores políticos, às vezes como heróis, às vezes como vilões, mas também como sujeitos que agiram por conta própria, por medo, solidariedade, impulso e convicção.

Para isso a dissertação é dividida em três partes. Na primeira parte denominada de “A intervenção salvacionista e suas brigas facciosas: as eleições de 1911 e 1912 no estado da Bahia” pretendo apresentar como foi o processo de substituição das oligarquias, a chamada Política das Salvações. Refletir como esse processo se desencadeou na Bahia e em outros estados, como as oligarquias locais buscaram defender seu espaço, demonstrando como conceitos já considerados tradicionais, a exemplo da Política dos Café com Leite, já são na atualidade no mínimo relativizados. Como a Política das Salvações se desenvolveu na Bahia e as etapas que culminaram no bombardeio da cidade do Salvador serão tratadas nesta primeira etapa.

A segunda parte denominada, “O Bombardeio de Salvador”, apresento a intervenção federal de fato. Como se fez necessário o uso da força militar capitaneada pelo Exército brasileiro, a partir dos seus militares e das instalações que detinha em solo baiano, como os fortes de São Marcelo, do Barbalho e de São Pedro, a partir do momento que as negociações não surtiram efeito. Será analisado como a disputa entre o Exército e a Polícia Militar, corporações que assumiram o papel de defensores dos interesses dos grupos oligárquicos que lutavam pelo poder, afetaram o cotidiano da cidade do Salvador por dias. Como as classes subalternas foram atingidas durante o conflito também será analisado, demonstrando que mesmo na Primeira República, onde a população era vista geralmente como alheia à política, estes indivíduos realizaram manifestações e se posicionaram acerca do conflito, ações que foram muito além do papel do cidadão vítima do processo.

Por fim na terceira e última parte, “Acusações e nenhuma neutralidade”, será analisado o papel da imprensa durante o conflito. A imprensa como fonte ou objeto de estudo da História teve uma dificuldade em se estabelecer mesmo com as novas perspectivas historiográficas apresentadas na década de 30, pela Escola dos Annales. Somente no final do século XX, com a terceira geração da Escola dos Annales que a historiografia passou a incorporar uma variedade de fontes e de objetos de pesquisas. Historiadores do período como o inglês, E. P. Thompson passaram a incorporar em suas

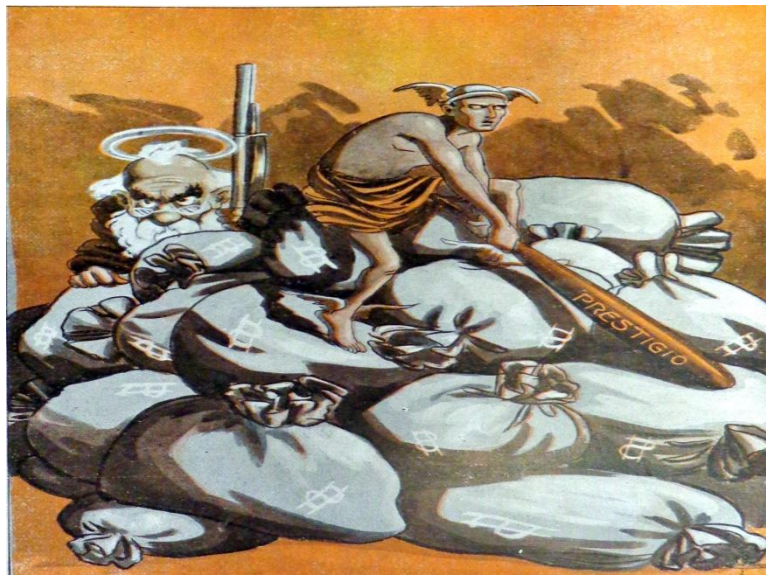
pesquisas não só a imprensa, mas também os grupos considerados como minorias, dando importância às classes subalternas, mulheres, negros, trabalhadores que eram ignorados até então.

Nessa nova perspectiva historiográfica, a imprensa passa a ser uma fonte histórica que apesar das suas subjetividades, passou a ser de grande valia para as pesquisas, pois por mais que as classes subalternas fossem relatadas às vezes de forma pejorativa, a mesma se fazia presente a partir de suas ações cotidianas. Nessa terceira parte além de analisar como os principais jornais baianos como, o Diário da Tarde, o Diário da Bahia, o Gazeta do Povo, o Diário de Notícias e o Jornal de Notícias, e dois impressos cariocas, O Malho e a Revista Careta além de apresentar o conflito e como a população agiu diante do conflito, acusaram ou negaram os grupos políticos envolvidos.



# *PARTE I*

## **A intervenção salvacionista e as brigas facciosas: as eleições baianas de 1911 e 1912**



No dia 11 de janeiro de 1912, a manchete “A Bahia chora lágrimas de sangue” estampava a primeira página do periódico *Diário de Notícias*. Este título é importante para apresentar dois pontos relevantes para a História da Bahia. Primeiro porque aponta para o papel que a elite letrada baiana da época atribuía ao estado. Era quase unânime entre os jornalistas da época o exercício de redigir editoriais e matérias referentes à metamorfose que, para os mesmos, o estado baiano havia passado na passagem do Império para a República. O sentimento, ou convicção, que um território que, no período imperial, era considerado uma das principais províncias do Brasil, a primeira capital do país, a que abrigou durante a colônia umas das primeiras elites, as terras onde tudo começou, amargava durante os primeiros anos do regime republicano, no texto jornalístico, um papel político e econômico de desprestígio.

O historiador Rinaldo César Nascimento Leite apresenta na sua tese de doutorado – “A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas” – um pouco deste sentimento

produzido pela elite baiana e não deixa de demonstrar o próprio entendimento que algumas produções historiográficas ainda compartilham sobre o alegado (não necessariamente efetivo) status político da Bahia durante a I República. Uma concepção que atribuía à Bahia um papel quase que insignificante acerca do jogo político desenvolvido entre os estados da nação, uma Bahia que deixa de ser protagonista e passava a ser figurante num regime dominado pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, uma concepção historiográfica que influenciou diversos trabalhos sobre o período, mas que já conta com um outro olhar, a exemplo das pesquisas realizadas pela historiadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.

Leite apresenta como um passado ligado ao período colonial, mas mais ainda com destaque, principalmente, para a fase posterior do Império, provocava um saudosismo a ponto de ser fácil perder de vista a quantidade de adjetivações usadas para lembrar, com exatidão, e deixar claro para a história que a Bahia teve importância no cenário cultural, econômico e político da história nacional. Adjetivações como “Athenas Brasileira; Rainha do Norte; Leal e Valorosa; a heroína de todos os tempos; Bahia ativa, terra de tantas glórias e tradições heroicas, berço e ilustração e de civismo.”<sup>1</sup>

Essa astúcia permeou o pensamento dos letrados baianos que entediam que o regime republicano era, para eles, um grande infortúnio.

Amplas parcelas das elites baianas se ressentiam pelas transformações ocorridas no país no intervalo de poucas décadas de instalação e consolidação da República – mudanças estas que, na percepção delas, afetaram as mais diversas dimensões das suas experiências. No plano material, no econômico, cultural, no artístico e no político não faltavam razões para lamentar a realidade tal como então ela se apresentava. Remeter-se às glórias do passado podia ser na prática, também, uma forma de reconhecer e denúncias as aflições do presente.<sup>2</sup>

Segundo o autor, uma das aflições que incomodava bastante as elites baianas era a forma que a Bahia passou a ser retratada com frequência nos jornais e revistas, principalmente do sul do país, durante o período republicano: o estado deixava de ser a “Rainha do Norte” e passava a encarnar na maioria das charges do período uma outra identificação - a Mulata Velha.

---

<sup>1</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana: Uefs Editora, 2012, p.41.

<sup>2</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana: Uefs Editora, 2012, p.197.

A imagem formulada correspondia à figura de uma típica afrodescendente baiana, com todos os seus jeitos e trejeitos. Essa descrição lembrava uma daquelas fotos de cartão postal da época, que buscavam ilustrar um pouco da gente baiana. Constituía uma imagem oposta à da Atenas, que na sua forma descritiva feminina, assumia as características de uma mulher branca e robusta.<sup>3</sup>

A imprensa no Rio de Janeiro, capital federal, a exemplo das revistas *Careta* e *O Malho*, recorriam às representações da *Mulata Velha*, seja sorridente ou triste e cansada. Segundo Leite, na sua tese de doutorado, uma das explicações para este apelido aparece na *Revista Cívica* do ano de 1923. A *Mulata Velha* era como a capital do estado da Bahia era conhecida antes de um processo de remodelação urbana ocorrido na cidade a partir do ano de 1912, da intervenção federal, o ano do bombardeio da cidade. A verdade era que retratar a Bahia como uma mulher negra num contexto onde as questões raciais incomodavam as elites baianas, era para a elite baiana mais um indício do desprestígio que o estado tinha no cenário.



Figura 1: A *Mulata Velha*. Fonte: *O Malho* 03/02/1912.



Figura 2: A *Mulata Velha*. Fonte: *Careta* 03/02/1912.

O segundo ponto relevante que aquele título suscita na curiosidade do leitor é acerca do clima de tristeza, dor, fatalidade, que as palavras “chora”, “lágrimas” e “sangue” deixam subentendidas. De fato o que ocorreu foi uma fatalidade, mas não uma fatalidade retórica, mas física. Foi no ano de 1912 que o estado da Bahia foi bombardeado, uma intervenção militar capitaneada pela União em parceria com algumas parcelas das oligarquias locais. Isso é importante para apresentar um dado significativo: a força que uma parcela da oligarquia baiana tinha para negociar cargos e

---

<sup>3</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana: Uefs Editora, 2012, p.197.

intervenções com a União, um grupo político que tinha como um importante representante José Joaquim Seabra. E desde já anoto que as demais parcelas, contrapostas a Seabra, também tinham suas ligações de força com o Rio de Janeiro.

Essa capacidade de negociar com a União no mínimo apresenta uma concepção distinta de fraqueza e submissão da Bahia no cenário republicano. Tanto a Bahia como outros estados do Norte, durante a Primeira República, tinham representatividade política. Na obra “O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite”, a historiadora apresenta uma nova perspectiva acerca do conceito tradicional das relações políticas no âmbito federal. Viscardi apresenta uma análise da política na Primeira República onde questiona uma possível facilidade de Minas Gerais e São Paulo na condução do poder do país entre os estados, como se os estados do norte e nordeste – como a Bahia – fossem apenas figurantes no processo<sup>4</sup>

Nesta obra e também no livro, “A república revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro”, Viscardi questiona a possível estabilidade criada pelo presidente Campos Sales, a famosa “Política dos Governadores”. Denominada pela historiadora de “política dos estados”, Viscardi questiona esta estabilidade, deixando claro que o feito do presidente foi amenizar os transtornos provocados pelas disputas eleitorais do patamar federal, reconduzindo para o municipal.

A estratégia de Campos Sales foi deixar que os municípios resolvessem os dilemas provocados pelas disputas internas no âmbito local, pois se antes cabia ao Congresso Federal decidir o grupo político vencedor – já que em quase toda a Primeira República a duplicata das atas eleitorais eram comuns – agora caberia aos municípios. Viscardi destaca que “o resultado mais imediato dessa medida foi à transposição dos conflitos do Congresso [federal] para fora dele”.<sup>5</sup> Estas contribuições para o entendimento das relações de poder na Primeira República são importantíssimas para compreender o que ocorreu na Bahia quando da penetração de Seabra em seu estado natal.

Primeiro, é importante compreender que, apesar do deslocamento da resolução dos conflitos, proporcionando um entendimento de estabilidade, isso não acarretou, de

---

<sup>4</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana: Uefs Editora, 2012, p.197.

<sup>5</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p 36.

fato, na erradicação dos atritos. O segundo ponto importante é compreender que, apesar deste deslocamento, isso não retirou a importância da União nas intervenções nos estados. Terceiro, e muito importante para nossa pesquisa, que é o entendimento que o estado da Bahia era de relevo no cenário político nacional, o que irá justificar todo o turbulento esforço empreendido por Seabra para chegar ao cargo de governador, com apoio do presidente da República.

Seguindo o caminho de pesquisa proposto por Viscardi, como destacam Antonio Luigi Negro e Jonas Brito no artigo “Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café com leite”, o estado participava ativamente das decisões políticas nacionais juntamente com o primeiro bloco formado por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, compondo assim o segundo bloco com Rio de Janeiro e Pernambuco. Os historiadores alertam através de uma citação que juntos, estes estados “ocupavam mais de 60% das cadeiras do Parlamento e seus produtos – café, açúcar, cacau, fumo, algodão, charque, couros – lideravam as exportações”.<sup>6</sup>

Todo este contexto corroborou para o estado da Bahia passar a ser palco de um movimento político bastante conhecido da historiografia brasileira que retrata a Primeira República: as Salvações. A historiadora Flávia Borges Pereira define de forma clara e sucinta o que significou este movimento político,

“Salvações” foram movimentos políticos que marcaram o governo de Hermes da Fonseca (1910 – 1914), culminando na derrubada das oligarquias situacionistas e na ascensão de grupos oposicionistas. Estes movimentos se estenderam por muitos estados do país, principalmente nos do Nordeste e Norte, entre os anos de 1910 e 1912, período em que se realizaram as eleições.<sup>7</sup>

A Bahia iria experimentar uma característica marcante da experiência republicana brasileira, a intervenção federal através das forças militares, situação enfrentada também nos estados de Manaus, Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Pereira destaca as peculiaridades que a política das Salvações apresentou, demonstrando que a intervenção executada na Bahia não se tratou de um movimento isolado e local.

Aqui também desejo sublinhar que, no lugar de marginalidade, as intervenções mostram o peso dos estados para o poder central, a começar, no caso, pelos que tiveram

---

<sup>6</sup> NEGRO, A. L.; BRITO J. “A Primeira República muito além do café com leite”. *Topoi*, v. 14, p. 197-201, 2013.

<sup>7</sup> PEREIRA, Flávia Borges. *Salvações no Nordeste: política e participação popular*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011, p.25.

de sofrer interferências, para serem considerados, como diz o termo, salvos, o que, desde logo, aponta para o fato de que não podiam afundar.

### **As Salvações na Bahia: semelhanças e peculiaridades com outros estados**

As intervenções federais realizadas Brasil afora tiveram características e desfechos diferentes em cada estado, havendo situações onde a manobra federal culminou na promoção da ascensão de um grupo oposicionista ao poder. Destaca-se, porém, a intervenção no estado da Paraíba, onde o governo federal não apoiou a candidatura do coronel Rego Barros, candidato da oposição, acarretando na vitória do grupo situacionista. Se as peculiaridades e desfechos são particulares em cada unidade estadual, dois fatores são quase unânimes nestes movimentos: a presença do Exército como um ator político crucial e o explícito favorecimento de um grupo oligárquico apoiado pelo governo federal no poder. Por mais que tenha sido divulgado por alguns setores da imprensa da época que o salvacionismo estava erradicando as oligarquias, o que havia de fato era uma substituição de grupos políticos.



**Figura 3: A árvore fatal**  
A representação das oligarquias como frutos podres. Fonte: O Malho  
3/02/1912.

Segundo Viscardi, o Exército teve um retorno ao cenário político, algo que não era tão sensível desde o governo do presidente Floriano Peixoto.<sup>8</sup> Viscardi alerta a necessidade que o governo de Hermes da Fonseca encontrou para honrar os acordos realizados para sagrar-se vencedor na disputa federal contra o candidato civilista, o baiano Ruy

---

<sup>8</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p195.

Barbosa, fechando acordos que culminaram na construção de “alianças com facções oposicionistas nos estados, sobretudo naqueles onde a situação era civilista, abrindo o leque de alianças políticas, o que implicava, igualmente, na ampliação de compromissos futuros a saldar”<sup>9</sup>, situação que ficou completamente evidente no estado baiano.

Com o Exército de prontidão, a política federal buscou efetivar as alterações necessárias nos quadros políticos dos estados. No estado de Pernambuco a utilização militar teve um destaque similar ao da Bahia, já que a força federal não mediu esforços para ajudar os candidatos apoiados pelo Catete, chefes oposicionistas em seus estados e aliados próximos do presidente, a exemplo do general Emídio Dantas Barreto e de José Joaquim Seabra, ambos ministros de Hermes antes de sagrarem-se governadores, um Ministro da Guerra e outro Ministro da Viação, respectivamente.



**Figura 4: Ministério do Presidente Hermes da Fonseca. J.J. Seabra é o primeiro da esquerda para a direita. Fonte: Exposição Permanente do Museu da República.**

Em Pernambuco o fenômeno das salvação retirou do poder o grupo político liderado por Rosa e Silva, que já havia ocupado o cargo de vice-presidente durante o mandato de Campos Sales. Toda esta bagagem política sucumbiu ao desejo de Dantas Barreto de chegar ao poder, desejo que como alerta Pereira culminou em discursos por parte do general que legitimavam o uso da força, já que para o mesmo, “o direito era a

---

<sup>9</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p195.

garantia da ordem, mas, havendo falhas, resultava regressão, daí ser legítimo o recurso à desordem, pois nesse caso a reação era a ordem.”<sup>10</sup>

O discurso aliado à prática culminou em vários encontros violentos entre o Exército e a Força Pública pernambucana, conflitos que assim como na Bahia afetaram diretamente o cotidiano de Recife por alguns dias, culminando em “tiroteios por toda a parte, o comércio fechado, o tráfego de bondes e automóveis suspenso, a ameaça de greve dos operários do Serviço de Água e Luz”,<sup>11</sup> dentre outras perturbações, o que atingiu diretamente os indivíduos que de forma indireta ou direta passaram a fazer parte desta luta que envolvia basicamente o poder. O historiador Felipe Azevedo e Souza em sua tese de doutorado<sup>12</sup> buscou apresentar a participação das classes subalternas no Estado de Pernambuco durante final do Império e início da República. Essa nova concepção historiográfica, presente em várias pesquisas contemporâneas sobre a Primeira República, buscou compreender a participação popular nas manifestações políticas. O que antes era retratado como um conflito onde os atores principais eram os políticos e os militares, passou a conceber os de baixo também como protagonistas, seja em Pernambuco, no Ceara, na Bahia ou em qualquer unidade da federação.<sup>13</sup>



**Figura 5: Entre fogos.**  
**A representação da intervenção federal no Ceará e na Bahia.**  
**Fonte: O Malho 03/02/1912.**

---

<sup>10</sup> PEREIRA, Flávia Borges. *Salvações no Nordeste: política e participação popular*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011, p. 49.

<sup>11</sup> PEREIRA, Flávia Borges. *Salvações no Nordeste: política e participação popular*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011, p.50.

<sup>12</sup> A tese de doutorado de Felipe de Azevedo faz parte de uma nova corrente historiográfica similar aos estudos de Cláudia Viscardi, no qual concebe as classes subalternas como indivíduos que tiveram ação política durante a Primeira República, indo na contramão dos estudos tradicionais que davam a estes indivíduos o status de inertes e alienados. Ver melhor: AZEVEDO E SOUZA, Felipe. *A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (1880 – 1900)*. Tese (Doutorado em História) Campinas: UNICAMP, 2018.

<sup>13</sup> A atuação das classes subalternas no processo de intervenção federal realizado no estado da Bahia será melhor apresentado na segunda parte desta pesquisa.



Sem escolha, coube a Rosa e Silva aceitar a derrota numa recontagem dos votos que retirava a sua vitória e oficializava a ascensão de Dantas Barreto oficialmente pelas urnas com 19523 votos contra a 18353. Segundo Pereira, a derrota de Rosa e Silva deve ser analisada além do processo intervencionista. Para a historiadora a decisão política de não aliar seu partido, o Partido Republicano Pernambucano, PRP, com o Partido Republicano Conservador, PRC, capitaneado por Pinheiro Machado, ajudou a prejudicar as articulações políticas em território Pernambucano, deixando-o isolado.

Não é pretensão desta pesquisa analisar com profundidade a intervenção federal ocorrida nos outros estados. Apresentar alguns dados é importante para destacar primeiramente o caráter nacional deste momento político. Vale ressaltar também como os acordos e os “desacordos” políticos determinantes no resultado das intervenções, a ponto do Catete ter que aceitar o dissabor de alguns resultados. Isso é importante para demonstrar o poder e a independência dos políticos em seus respectivos estados.

Esta constatação, a importância das relações políticas locais e como isso influenciava as decisões a serem tomadas pela União, é importante para entender também a situação da Bahia, onde a configuração política que governava o estado era perpassada pela disputa do poder por duas forças facciosas que enfrentavam momentos difíceis nas articulações: severinistas e marcelinistas (ambos os grupos orbitantes em torno de Ruy Barbosa). Em 1911 o Partido Republicano da Bahia (PRB) já estava corroído pela cisão dos dois políticos mais influentes da legenda, Severino Vieiria e José Marcelino. Tais divergências acarretavam, pelo menos internamente, em novas configurações de poder dentro dos partidos, pautado na ascensão de um novo líder, ou na disputa interna para alcançar tal posto, sendo este último o caminho percorrido pelo PRB.

Todo o aparato federal que poderia ser utilizado, associado às dificuldades políticas no que tangia aos acordos entre os líderes do grupo situacionista, só abriram o horizonte para que José Joaquim Seabra e os seus aliados locais, que não eram muitos, contassem os meses para assumir o poder da primeira capital da nação. A intervenção federal ocorrida em Pernambuco não demorou muito para chegar em território baiano.

### **O bombardeio de Salvador: as eleições de 1911**

O primeiro teste de fogo que visava demonstrar a influência que o seabrismo pretendia exercer em terras baianas deu-se alguns meses antes da eleição para governador. Em 1911 ocorreram às eleições para a Câmara e para o Senado estadual e

para a Intendência da capital do estado, pleitos que foram marcantes para a política baiana. Mesmo com todas as dificuldades que um partido opositor enfrentava durante a Primeira República, dificuldades que ocasionavam muitas vezes a sua extinção, no caso baiano a força do então recém-criado Partido Democrata, PRD, foi tamanha a ponto de mudar as regras do jogo. Contudo, a força adquirida pelo PRD não foi instantânea já que passou por dificuldades no início. A sua base começou a ser fundamentada em solo baiano ainda em 1909, quando o grupo político capitaneado por Seabra criou a Junta Baiana Pró – Hermes – Venscelau. Por mais que pelo nome da junta fique evidente a relação com a disputa presidencial que era travada entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, coube a Seabra se “apresentar” como candidato a futuro líder estadual, durante as excursões realizadas pelo interior da Bahia.

As passagens por Alagoinhas, Aramari, Cachoeira, Casto Alves e São Félix, os inúmeros contatos realizados com as lideranças do interior e a demonstração do apoio do governo federal, ainda não lhe davam status necessário para conseguir sair vitorioso numa disputa eleitoral. Muito dos representantes que se vincularam a Seabra não estavam no poder nos seus respectivos municípios. Além disso, a aliança com o ex-governador Luís Viana, agora oposição a Severino Vieira, um Viana fora das relações de poder, mas que ainda tinha muita influência no interior da Bahia, também não ajudava muito já que ambos, Seabra e Viana tinham a mesma ambição política. Segundo Sílvia Noronha Sarmento a dificuldade encontrada inicialmente por Seabra era fruto de um cenário político muito indefinido, pois os marcelinistas, que eram aliados de Ruy, “poderiam fazer as pazes com o hermismo triunfante (...) também era possível que Hermes resolvesse apoiar as pretensões dos severinistas, que tinham bases mais enraizadas na política baiana”.<sup>14</sup>

Para Sarmento o rumo da política baiana passou a ser desenhado a partir da eleição de Hermes da Fonseca para presidente e a indicação de Seabra como Ministro da Viação de Obras Públicas, cargo que deu continuidade à sua carreira no Rio, onde já havia sido ministro da Justiça (no caso, de Rodrigues Alves). O ministério era estratégico e de suma importância para as pretensões de Seabra, já que dentre suas atribuições destacava-se o controle das ferrovias e dos portos brasileiro, setores vitais para a economia e para política dos estados e municípios.

---

<sup>14</sup> SARMENTO, Sílvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.p.126.

A primeira etapa para a demonstração de poderio do novo cargo veio com as eleições para a Câmara dos Deputados Estadual e para o Senado estadual. Após a realização das eleições, como era de costume para a época, a bancada governista era declarada a grande vencedora do pleito. Contudo, o apoio federal que Seabra tinha e as então recentes intervenções federais ocorridas – o então recente bombardeio de Manaus em 1910 – foram cartadas colocadas na mesa pelo PRD.



**Figura 6: O sr. Presidente da República na Bahia.  
O apoio de Hermes da Fonseca a José Joaquim Seabra foi  
apresentado a todos no estado da Bahia no ano de 1911. Fonte O  
Malho 05/08/1911.**

Segundo Mônica dos Santos Quaresma, na dissertação, “O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J. Seabra: 1912 – 1916”, a tática do medo foi utilizada pela ala seabrista, a ponto de a circulação de informações das tropas do Exército na capital, e a chegada do Scout Bahia e o cruzador – torpedeiro Tamoio terem sido “suficientes para amedrontar o governador Araújo Pinho”.<sup>15</sup> A presença do Scout Bahia que na época era o mais novo navio de guerra adquirido pela União e uma inspeção dos canhões do Forte de São Marcelo por uma comissão de militares foram vistas como um recado direto para a ala governista. A tensão, que era evidente, chegou à imprensa, via matérias e editoriais carregados de cores fortes, que tingiram charges ou embalaram sonetos como esse abaixo, impresso por *A Bahia*,

---

<sup>15</sup> QUARESMA, Mônica dos Santos. *O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J. Seabra: 1912 – 1916*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.p.57.

Ave São Marcelo  
Vai servir afinal o forte S. Marcelo  
Servir de tribunal para a Bahia...  
Já não é mais das horas o martelo  
Com a sua carunchosa artilharia  
Ele que estava ali qual cogumelo  
E que inútil a todos parecia,  
Remoçará, entrando ativo e belo  
Do Pro – nobis na pândega arrelia  
Assim dizem os moços da Gazeta,  
Pintando a coisa seriamente preta,  
Fazendo um dreadnought do empadão...  
Reviverão os jovens democratas  
A velha frase chata entre as mais chatas:  
O direito na boca do canhão!<sup>16</sup>

O soneto acima já deixa claro qual era o horizonte que se aproximava, qual era expectativa que a luta pelo poder apresentava para os baianos. Além de deixar claro qual era o principal foco a ser temido, o Forte de São Marcelo, o soneto também traz algumas referências do cotidiano da cidade do Salvador e alguns apelidos locais dados aos aparatos militares e ao grupo político seabrista. Segundo Sarmiento, devido a todas as noites dar um tiro de canhão pontualmente às 9 horas, o Forte de São Marcelo era conhecido como o “martelo das horas”. “Empadão” era o apelido dados pelo imperador D. Pedro II. Em 1912 o Forte do Mar ganhava agora outro status: o de tribunal.<sup>17</sup> Para não demonstrar fraqueza, coube ao governo, procurar falar energicamente, tentando de alguma forma demonstrar que estava pronto para o que fosse necessário. O governador chegou a declarar que detinha a seu dispor “mil e tantos homens de polícia bem treinados na capital e que, se não fosse possível tecer um acordo honroso, não se afastaria do dever de lutar.”<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> *A Bahia*, 24/03/1911.

<sup>17</sup> “Dreadnought” eram os navios de guerra brasileiro, a exemplo do Scout Bahia e os “Pro – nobis”, era como a ala governista chamava os integrantes do PRD, acusando os mesmos de buscarem benefícios com a vida política.

<sup>18</sup> SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.p.132.

Interessante perceber na passagem acima que por mais que a situação buscasse ainda demonstrar força, a busca por um “acordo honroso” já deixava claro que a soberania do PRB já estava mais do que ameaçada. Neste primeiro momento, de todo modo, as ameaças foram suficientes e os grupos políticos da situação e da oposição chegaram a um acordo. O novo lastro político adquirido por Seabra ajudou o PRD a emplacar quatorze deputados e dois senadores no escrutínio estadual. O acordo foi efetivado e trouxe benefícios ao PRD, por ter passado a viabilizar adesões na capital e pelo interior.

O próximo passo foi à eleição da Intendência Municipal. Era o que faltava para Seabra terminar sua primeira etapa na busca pelo governo do estado. No mês de novembro é realizada a votação para o cargo de prefeito da cidade do Salvador, constatando-se mais uma vez o jogo de interesses presentes nas indicações dos candidatos; enquanto coube aos seabristas a indicação de Júlio Brandão, a ala governista nomeou o candidato João Santos. Como de costume, ambos os candidatos alegaram a vitória. Ambos também culpavam as fraudes eleitorais, afirmando o suposto erro no resultado final.

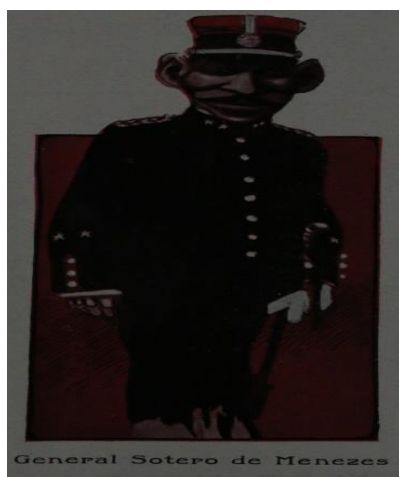
Como a contagem dos votos apresentava a vitória do candidato da situação João Santos, coube à oposição usar as estratégias disponíveis. A primeira e mais comum em grande parte das eleições contestadas era recorrer a um habeas corpus solicitando a posse do candidato derrotado, pedido feito ao juiz federal Paulo Fontes. Quando o recurso jurídico não se demonstrava eficaz, a outra saída era o uso da força, apelando-se, por exemplo, à intervenção militar.

O opositor Júlio Brandão recorreu às esferas federais, encontrando apoio no ainda Ministro da Guerra Mena Barreto. O ministro deixou de sobreaviso o Exército, que encontrava-se com um contingente aquartelado na cidade. Aos governistas, coube então deixar de sobreaviso a Força Policial Estadual e recrutar, segundo os jornais de oposição, indivíduos que denominavam de forma pejorativa de “jagunços”, homens vindos do interior do estado com o suposto objetivo de reforçar os contingentes locais. É interessante destacar a utilização frequente do termo “jagunço”, tanto pelos jornais considerados de oposição quanto os de situação. Os periódicos eram utilizados como instrumento de acusação entre os dois grupos que se encontravam na disputa pelo poder. É importante também destacar como o indivíduo humilde do interior era retratado como um mero instrumento de fácil manobra nas “mãos” dos políticos da capital, desprovidos de motivações e ou interesses.



**Figura 7: Na Bahia.**  
**A representação do jagunço na disputa política na Bahia. Fonte**  
**06/01/1912.**

O certo era que situacionistas e opositoristas contavam com forças armadas para lutarem entre si por um motivo bem claro: o poder. Segundo supostos relatos apresentados nos jornais da época, o general Sotero de Menezes, inspetor da 7ª Região Militar, responsável pela organização do Exército numa possível intervenção, passava com frequência frente às dependências da Intendência Municipal com o pelotão de cavalaria, o que soava com uma demonstração de poder bélica.



**Figura 8: General Sotero de Menezes.**  
**O general foi considerado aliado de Seabra e teve papel decisivo na**  
**intervenção federal na Bahia. Fonte: Careta 09/03/1912.**

Enquanto os grupos políticos se organizavam militarmente para a utilização da força, a imprensa continuava a apresentar nos seus editoriais posicionamentos acerca da

disputa política pela Intendência Municipal. Destacaram-se os periódicos, Diário da Tarde e Gazeta do Povo, jornais que teriam papel fundamental na batalha travada sobre as consequências proporcionadas pela intervenção aplicada na disputa pelo governo do estado.

Enquanto o Diário da Tarde buscava através dos seus editoriais defender a todo custo a legalidade do resultado das eleições municipais, demonstrando seu apoio à ala governista, cabia ao periódico Gazeta do Povo utilizar das mesmas ferramentas, o papel e a tinta, para apoiar o outro lado, a oposição que havia derrotado de forma legal, ou seja, nas “urnas a Colligação Cívica, elegendo o intendente desta cidade e dez conselheiros. Para aparentar uma Victoria não alcançada, o governo recorreu a meios ignoráveis, falsificando grosseiramente diversas actas, arranjando duplicatas vergonhosas”<sup>19</sup>, demonstrando como um mesmo fato pode ser visto, analisado e interpretado de formas distintas.

Ciente que poderia perder o poder a nível estadual, a ala governista decidiu ceder às pressões dos interesses de Seabra e do governo federal, deixando o candidato Júlio Brandão tomar posse do cargo de intendente. Contudo a Intendência municipal era apenas uma das esferas do poder a qual o seabrismo tinha o interesse de dominar. A principal pretensão do líder do PRD podia ser outra.

### **A águia busca frear a raposa**

A partir do momento que a candidatura de J. J. Seabra ao governo do estado, tornou-se uma realidade pelo PRD, coube ao grupo político situacionista a difícil tarefa de administrar a falta de diálogo interno entre as duas correntes majoritárias – marcelinistas e severinistas – e ainda procurar a melhor forma de enfrentar a candidatura de Seabra.

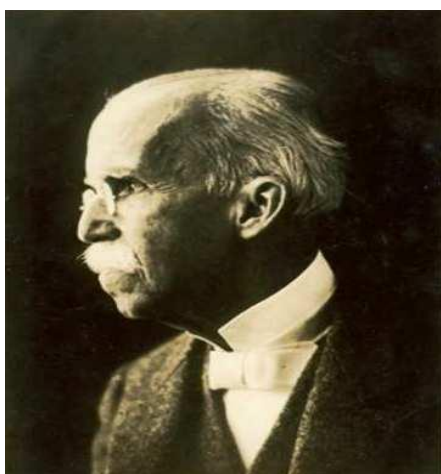
O primeiro passo da situação foi tomado por Severino Vieira que através do Diário da Bahia, lançou o nome de Domingos Guimarães. Outra opção foi a tentativa de cancelar a candidatura de J.J. Seabra ao cargo de governo do estado. Tal solicitação foi requerida pelo senador estadual Wenceslau Guimarães do Partido Republicano da Bahia. O mesmo apresentou um projeto que estabelecia a incompatibilidade de cargos públicos, ou seja, como Seabra era ainda Ministro da Viação e Obras Públicas, não poderia candidatar-se ao governo da Bahia. Coube também ao deputado Aristides

---

<sup>19</sup> *Gazeta do Povo*, 02/01/1912.

Spinola, deputado declarado civilista alegar a impossibilidade da candidatura de Seabra já que o mesmo seria “inelegível duas vezes: por não residir no estado dez anos e permanecer no ministério”.<sup>20</sup> Porém, as solicitações terminaram não atingindo o objetivo esperando, cabendo à situação buscar alternativas locais.

Contudo, mais uma vez as diferenças internas do PRB complicaram a sua situação no poder. José Marcelino, já declarado opositor de Severino Vieira, membro do próprio partido, não concordou com a indicação de Domingos Guimarães, escolhendo para candidato Leôncio Galvão para o pleito de governador. Somente depois da realização de várias reuniões foi decidida a manutenção da candidatura do candidato severinista. Mesmo com a definição do candidato a concorrer às eleições estaduais, cabia ao governo preocupar-se com a possível intervenção federal em solo baiano. Neste contexto complicado para o grupo situacionista, um opositor ferrenho de J. J. Seabra entrou em cena, o político e jurista baiano Rui Barbosa.



**Figura 9: Rui Barbosa. Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa.**



**Figura 10: J.J. Seabra. Fonte: Arquivo Municipal de Salvador. Coleção Berbert de Castro.**

Os dois já tinham travado uma disputa política anos antes. Enquanto Rui Barbosa candidatou-se ao cargo de presidente da República em 1910, coube a Seabra apoiar e ser um dos principais cabos eleitorais do candidato Hermes da Fonseca, candidato vitorioso do pleito. Esta disputa pelo posto de influência em território baiano durante a Primeira República levou Sarmiento a retratar os dois políticos como uma disputa entre uma “águia”, Rui Barbosa e uma “raposa” José Joaquim Seabra.

---

<sup>20</sup> *Jornal de Notícias*, 20/10/1911.



Coube a “águia” arquitetar um plano que impedisse ao máximo a realização das eleições para o governo do estado. No plano do jurista, o então governador em exercício, Araújo Pinho, deveria transferir as eleições para o mês de maio de 1912; o mês coincidiria com o retorno das atividades do Congresso Nacional, fazendo com que houvesse um maior controle frente as pretensões dos oposicionistas.

A chegada de mais militares em solo baiano e a atuação considerada politizada do general Sotero de Menezes deixava o governador em exercício temeroso acerca dos atos a serem adotados. Por sua vez, o general a partir de um telegrama enviado ao Ministro da Guerra, deixava claro que quem estava enchendo a cidade de soldados e com isso amedrontando a população era o próprio governador. Na verdade este telegrama é um documento que demonstra como cada lado buscou se defender das acusações, mas ao mesmo tempo dá um recado direto – a intervenção aconteceria se o lado situacionista não recuasse.

As emboscadas das ruas ocupadas por fortes piquetes embalados, cercado o edifício da Câmara por numerosa força policial e capangas assalariados, proibida a entrada da maioria do Congresso em verdadeiro regime de guerra, entretanto arroga-se amante da ordem, dizendo não pactuar com violências e escândalos, qualquer que fosse a sua procedência, esquecendo-se que o seu reconhecimento e consequente posse antecederam lamentáveis e escândalos nunca vistos até então.<sup>21</sup>

Temendo as consequências dos fatos, Araújo Pinho em visita às instalações do jornal Diário de Notícias optou por divulgar sua renúncia das “altas funções de governador deste estado, por motivo de moléstia e por precisar descansar das árduas lutas em que se empenhou durante a gestão dos negócios públicos.”<sup>22</sup> A renúncia ocorreu no dia 13 de dezembro de 1911, a 45 dias da eleição, uma renúncia que virou versos nas palavras de Tiburcio d’Anunciação.

Na Bahia, ainda há pouco,  
Renunciou o presidente,  
Sem dizê nem água vai,  
Caladinho, de repente;  
Mas cá prá nós, com franqueza,  
O homem viu a coisa preta

---

<sup>21</sup> *Diário de Notícias*, 06/12/1911.

<sup>22</sup> *Diário de Notícias*, 05/01/1912.

E Fingiu que tava doente.<sup>23</sup>

Obedecendo a Constituição, a sucessão teria uma hierarquia de cargos a ser respeitada, tendo como primeiro substituto, o Presidente do Senado estadual, cargo ocupado pelo cônego Manuel Leôncio Galvão, em segundo lugar o Presidente da Câmara Estadual representada pelo deputado Aurélio Rodrigues Vianna e em terceiro o Presidente do Tribunal de Apelação e Revista, cargo ocupado pelo deputado Bráulio Xavier da Silva Pereira.

Segundo o historiador Luís Henrique Dias Tavares, seguindo o planejamento proposto por Barbosa, o presidente do Senado recusou o cargo, declarando-se doente, ascendendo assim ao “governo o presidente da Câmara Estadual, deputado Aurélio Rodrigues Vianna, político reconhecidamente contra a candidatura de J.J. Seabra.”<sup>24</sup> Rui Barbosa, Cônego Galvão e Aurélio Vianna foram as principais peças utilizadas no jogo de xadrez iniciado pelo grupo situacionista para evitar a ascensão de Seabra ao poder na Bahia. Neste jogo o jurista baiano era a peça principal.



**Figura 11: Rui Barbosa.** Fonte: Careta 24/02/1912



**Figura 12: Cônego Galvão.** Fonte: Careta 30/03/1912.



**Figura 13: Aurélio Vianna.** Fonte: Careta 23/03/1912.

Aurélio Vianna, ao assumir o governo do estado interinamente, tomou atitudes para também obstar a candidatura de Seabra: transferiu a capital do estado para a cidade de Jequié, além de ordenar que Força Policial ficasse de prontidão em frente à Câmara Municipal, o que resultou na presença de um alto número de policiais concentrados nas

---

<sup>23</sup> QUARESMA, Mônica dos Santos. *O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J. Seabra: 1912 – 1916*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.p.68.

<sup>24</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. Salvador: EDUFBA, 2001.p.323.

intermediações do Palácio Rio Branco ao Teatro São João. O principal objetivo desta medida era impedir a entrada nas instalações administrativas, principalmente na Assembleia Legislativa, dos grupos seabristas e vianistas, grupos estes que embora fossem rivais, se encontravam unidos desde a eleição municipal contra a situação.



**Figura 14: A situação baiana: o novo canudos.**  
A mudança da capital do Estado da Bahia.  
A mudança era vista pela cúpula seabrista como um desrespeito a  
constituição. Fonte: O Malho 13/01/1912.

Coube à oposição requerer a anulação da renúncia de Araújo Pinho, pretendendo com isso que as eleições fossem realizadas no seu tempo regulamentar. Aproveitando-se da sua influência nos âmbitos federais, Seabra recorreu aos meios judiciais, solicitando um habeas corpus junto ao juiz federal Paulo Fontes, alegando que tinha direito de ter livre acesso às dependências da Câmara Municipal, solicitação que não foi aceita pelo governador interino Aurélio Vianna. Este procurou minimizar a presença da Força nas ruas, deixando claro que era apenas por motivos de segurança, e que tal atitude estava amparada pela lei, como se lê na nota transcrita pelo jornal Diário de Notícias.

Alguns senadores e deputados estaduais, solicitando mandado proibitório, a fim de não lhes sem embargada a entrada no recinto do edifício da Câmara dos Deputados, onde pretendem reunir-se a 15 do corrente mês e alegam estar ameaçados de não poderem ali penetrar em razão da presença da força estadual, cabe-me declarar a v. exa. que efetivamente ali se acha um destacamento de polícia do estado, mas presentemente à requisição da mesa da Câmara dos Deputados, que me solicitou verbalmente providências, com fundamento no mandado de manutenção datado do juízo da vara cível e para fins outros que não me é lícito indagar, desde que a ela cabe privativamente pela

Constituição do estado exercer a polícia interna do edificio onde comumente são celebradas as suas seções.<sup>25</sup>

Aurélio Vianna, através de um telegrama, pediu que o presidente da República respeitasse a autonomia estadual, solicitando que o mesmo observasse a Constituição, ação que não evitou a intervenção federal.

### **Militares, pólvora e canhões**

A possibilidade efetiva de uma intervenção federal não levava em consideração os estragos que a mesma poderia proporcionar para a cidade ou muito menos para as classes populares menos favorecidas que habitavam a cidade. O temor estava estampado nas chamadas dos periódicos. Em uma edição do dia 9 de janeiro de 1912, mas publicada no momento do conflito, o Diário de Notícias, em 1 de janeiro, trouxe, na primeira página, matéria intitulada “Horizontes Negros”. Na publicação ficava evidente que não havia mais como impedir o uso da força, a disputa pelo Palácio Rio Branco já havia extrapolado os limites políticos e ameaçava a segurança da população.

Não é consolador o aspecto de que se reveste a situação delicada da política na Bahia; a contenda das candidaturas ao cargo elevado da primeira magistratura do estado se envenena, se intoxica numa atmosfera de ódios mal sopitados, nas ameaças de perturbação da ordem e tranquilidade públicos. Mas, o que mais confrange a alma popular, pode-se dizer a família baiana em peso, são os boatos terroristas, confirmados pelo aparato bélico, a concentração de forças do exército e da polícia nesta capital, índice triste da aproximação da tormenta.<sup>26</sup>

A cidade encontrava-se cheia de homens armados, fossem estes integrantes da Força Policial, ou do Exército, à espera de uma ordem para tomar o poder. Estavam militarmente ocupadas as proximidades das dependências da Intendência Municipal, onde funcionava a Câmara dos Deputados, e do Palácio dos Governadores. Ciente das repercussões que a ação poderia provocar dentro e fora da Bahia, os periódicos que representavam os grupos políticos envolvidos demonstraram que as atitudes tomadas pelo grupo rival eram uma afronta à soberania popular, “offendida com tão ignóbil affronta aos seus brios.”<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> *Diário de Notícias*, 09/01/1912.

<sup>26</sup> *Diário de Notícias*, 10/01/1912.

<sup>27</sup> *Gazeta do Povo*, 05/01/1912

O confronto armado entre as duas corporações militares, uma de status estadual e outra federal, já era praticamente certo. Um clima de tensão tomou conta da cidade do Salvador, alterando de forma significativa o seu cotidiano. Além do clima tenso de andar pelas ruas da cidade e ter a presença constante de homens armados, clima que gerava em si um grande desconforto, a população ainda teve que lidar com o fechamento do comércio local em vários momentos.

Vários homens armados e todo um clima de rivalidade criado entre duas corporações que estavam naquele momento representando os interesses de grupos políticos rivais não poderiam deixar de acarretar em momentos de violência que não ficariam restritas aos militares, mas que também atingiriam a população civil. Era como se as oligarquias estivessem num jogo aonde o mais importante era a demonstração da força a partir das peças disponíveis.



**Figura 15: O ano novo.**  
Os brinquedos favoritos do ano de 1912. Fonte:  
Caretta 06/01/1912.

No dia 8 de janeiro nas aproximações do Palácio dos Governadores, travou-se uma disputa entre as duas corporações, havendo “troca de tiros, facas, fôra e correrias, resultando da lucta, que se estendeu pela Praça e pela Rua Chile, vários ferimentos, alguns de gravidade”.<sup>28</sup>

A oposição creditava ao governo estadual a culpa pelas ocorrências de violência na cidade. Para os seabristas a negação do pedido do habeas corpus que havia sido concedido pelo juiz federal Paulo Fontes, solicitando a desocupação da Força Policial

---

<sup>28</sup> *Gazeta do Povo*, 09/01/1912.

do estado das dependências da Câmara Municipal, pelo governador interino Aurélio Vianna, tinha deixado a cidade à espera de um caos generalizado. A situação por sua vez alegava que estavam acima de tudo defendendo a autonomia política do estado da Bahia. Como tratava-se de uma batalha na esfera judicial, onde cada grupo procurava interpretar e ajustar os artigos da constituição ao seu respectivo interesse, situação e oposição, “ambas avocam a si a resolução da contenda, julgando cada qual possuir dentro da lei toda a competência”.<sup>29</sup>

No dia 10 de janeiro de 1912, Salvador presenciou um dos atos mais imprudentes cometidos pelos seus chefes políticos. Nessa luta entre os grupos oligárquicos um dos maiores patrimônios que um estado pode abrigar, o seu povo, foi completamente desrespeitado, com a ocorrência de mortes, afora danos às edificações, dentre outros agravantes que alteraram completamente o cotidiano da cidade. Com o “dever” de manter os acordos costurados entre o poder federal e o ministro baiano, coube ao General Sotero de Menezes, informar ao governador interino às determinações que o Ministro da Guerra estava lhe solicitando, um ultimato “mandando que as forças da guarnição do Exército, neste estado, prestassem todo o apoio ao cumprimento da ordem do juiz federal”.<sup>30</sup>

Com a difícil decisão de ceder e evitar o conflito, ou permanecer seguindo a estratégia de evitar as eleições, Aurélio Vianna solicitou um prazo de duas horas. Realizou-se nas dependências do Palácio uma reunião entre os principais líderes situacionistas. Contudo, após acabar o prazo solicitado, o governador interino ratificou seu posicionamento, negando-se a atender ao pedido expedido pelo juiz federal. Esta atitude confirmou a manutenção do forte policiamento nos pontos estabelecidos.

Para o político José de Sá que publicou um livro sobre o acontecimento, “O bombardeio da Bahia e seus efeitos”, a negação do governador interino em ceder ao habeas corpus foi correta e amparada pela lei, já que utilizando das mesmas ferramentas judiciais, os deputados da Câmara Municipal ligados ao governo expediram um mandado de manutenção de posse do edifício junto ao juiz Cândido Leão, responsável pela Vara Civil da cidade.

Assim, seguindo os trâmites legais, o advogado da Mesa da Câmara Municipal, o bacharel Medeiros Netto, disse que nada poderia ser decidido frente ao conflito de

---

<sup>29</sup> *Diário de Notícias*, 10/01/1912.

<sup>30</sup> *Jornal de Notícias*, 12/01/1912

jurisdição ali desenvolvido, já que havia dois pareceres aprovados, um de ordem municipal e outro federal, restando apenas ao Superior Tribunal Federal resolver, “em vista d’estes despachos antinômicos (...) levantou um conflicto de jurisdição, de efeito suspensivo, cujas soluções competia ao Supremo Tribunal Federal, para onde foram remetidos os necessários documentos.”<sup>31</sup> José de Sá<sup>32</sup> com isso procurou justificar o posicionamento tomando pelo governador em exercício, atitude esta que segundo o autor foi “em defesa da autonomia do estado.”<sup>33</sup>

Ciente da decisão adotada pelo governo, o general mandou pregar em algumas esquinas e distribuir em pequeno número nos pontos centrais da cidade o seguinte boletim:

7º Região Militar

O general Sotero de Menezes, inspetor da 7º Região Militar, faz saber que, tendo o governo do estado se recusado terminantemente a obedecer ao habeas corpus concedido pelo exm. Sr. Dr. Juiz seccional, para que possam funcionar livremente, no edifício da Câmara dos Deputados, os congressistas convocados pelo exm. Barão de S. Francisco, presidente em exercício do Senado cumpre-lhe, em obediência a requisição do mesmo juiz federal aos poderes competentes da República, fazer respeitar e executar a essa ordem, pela intervenção da força sob seu comando, intervenção a que dará início de uma hora. – Inspetoria da 7º Região, 10 de janeiro de 1912.<sup>34</sup>

Este anúncio levou Salvador a alterar radicalmente seu cotidiano em poucos minutos. A maioria dos estabelecimentos comerciais e residências da cidade sejam da Cidade Alta, ou da Cidade Baixa, foi fechada ou deixada para trás; comerciantes, empregados e moradores que tiveram a sorte de ler ou ser informados do boletim, saíram em debandada dos pontos onde o confronto entre a Força Policial do estado e do Exército eram previsíveis. Moradores e comerciantes das ruas mais próximas ao Palácio dos Governadores, saíram o mais rápido que podiam, temendo o caos que estava se aproximando. O periódico *Jornal de Notícias* relatou na matéria, intitulada

---

<sup>31</sup> SÁ, José de. *O bombardeio da Bahia e seus efeitos*. Bahia: Diário da Bahia, 1918, p. 378.

<sup>32</sup> O livro, “O bombardeio da Bahia e seus efeitos”, foi escrito pelo jornalista José de Sá no ano de 1918, sendo assim um registro histórico contemporâneo ao processo de intervenção. No terceiro capítulo os artigos que compõem o livro, juntamente com os versos produzidos pelo jornalista e poeta Aloísio de Carvalho, serão analisados em companhia dos registros da imprensa local visando refletir a terceira etapa da intervenção: a batalha pela “verdade” na imprensa. Analisaremos também BARROS, F. Borges de. *Dr. J. J. Seabra, sua vida, sua obra na república*. Bahia: Imprensa do Estado, 1931.

<sup>33</sup> SÁ, José de. *O bombardeio da Bahia e seus efeitos*. Bahia: Diário da Bahia, 1918, p. 379.

<sup>34</sup> *Diário de Notícias* 12/01/1912.

“Gravíssimos Acontecimentos”<sup>35</sup> que um dos recursos utilizados por uma parcela da população foi a retirada pelo mar, através dos saveiros para ilhas próximas. Alguns não ficaram sabendo da situação, ou não puderam sair de onde estavam. Outros simplesmente optaram em permanecer em suas casas. Na verdade as pessoas não tinham como prever o que estava para acontecer, qual seria a dimensão do conflito.

Neste contexto, às 13 horas e 10 minutos o Forte de São Marcelo iniciou sua operação mortal através de um aviso: dois disparos de pólvora seca. Às 13 horas e 40 minutos, meia hora depois, iniciou-se o bombardeio da cidade que abrigava um patrimônio material e imaterial extenso. Iniciava-se o terror na capital do estado da Bahia, iniciava-se a intervenção militar que caso sagrar-se-ia vitoriosa, daria enfim um impulso incrível ao seabrismo faria o seu projeto de poder iniciado em 1911 sagra-se vitorioso.



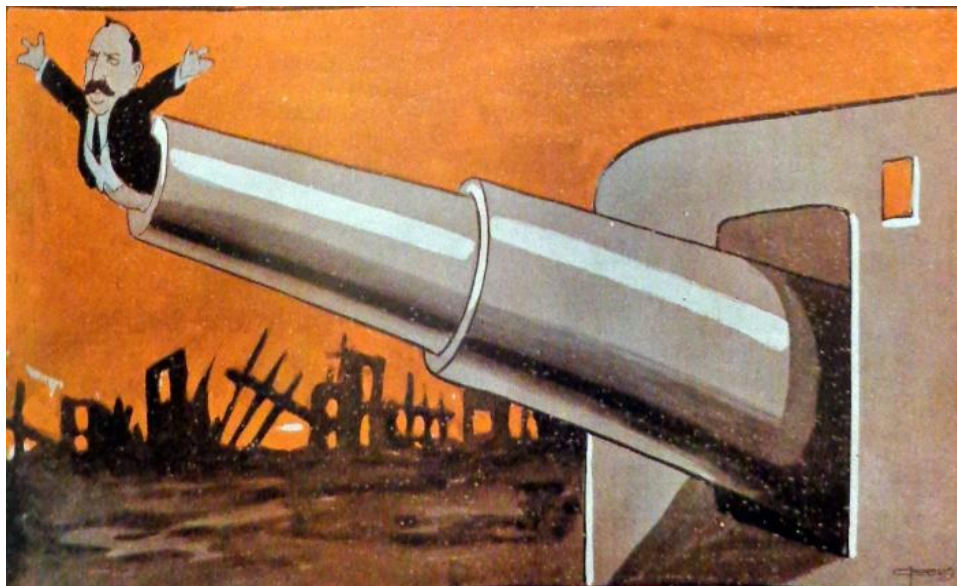
**Figura 16: Viagem à Bahia: a recepção da Mulata Velha.**  
A Mulata Velha dançando para Seabra, Hermes da Fonseca e sua comitiva. A busca por um projeto de poder culminou no bombardeio de Salvador em 1912. Fonte: 15/07/1911.

---

<sup>35</sup> *Jornal de Notícias* 12/01/1912.



# PARTE II



## Bombardeio, brasas e cinzas

Foi relatado por alguns jornais que a população de vários bairros pôde ouvir os “roncos” dos canhões<sup>36</sup> que, na demonstração de sua força, tiveram como alvos o Palácio do Governo, a Praça Municipal e os demais prédios do entorno, independentemente se eram públicos ou particulares. O bombardeio partiu de três fortes: o de São Marcelo, do Barbalho e São Pedro, antigas edificações militares construídas com a função de proteger a cidade, mas que agora eram usadas para destruí-la. A Revista Careta do dia vinte de janeiro de 1912, procurou relatar a intensidade da intervenção com uma foto da orla do Rio de Janeiro sendo castigada pelas ondas do oceano, que se encontrava, “abalado pelos canhões de S. Marcello”.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> *Diário da Tarde*, 12/01/1912.

<sup>37</sup> *Careta*, 20/01/1912.



**Figura 17: O bombardeio da Bahia.**  
**A fúria do mar da Baía de Todos os Santos com o bombardeio**  
**proferido pelo Forte São Marcelo. Fonte: Careta 20/01/1912.**

A intensidade do ataque explica os relatos sensacionalistas utilizados pelos meios de comunicação, o que por sua vez põe em evidência que a luta travada pelo poder na Bahia não era notícia sem importância no cenário político nacional. O que estava em jogo, e para isso justificava uma investida de vinte tiros de canhão, era o poder político de um estado saliente no cenário nacional.

A' 1h. e 40 ms. começou o bombardeio. Os canhões do forte de S. Marcello romperam fogo, caindo as duas primeiras balas na montanha junto à base do palácio do governo e as demais, numa pontaria certa, nas paredes e interior do edifício à praça do Conselho. Não era, entretanto, este o único ponto alvejado. Também disparos se fizeram dali para o edifício do paço municipal, à mesma praça, e em um de cujos lados funciona, como se sabe, a câmara dos deputados, e para o Theatro S. João, edifícios estes igualmente se achavam ocupados por partes contingentes da força policial. Vimos que em vinte minutos, de 1 e 40 às 2 hs, o forte S. Marcello deu vinte tiros. Durante o bombardeio ocorriam em terra encontros entre soldados de polícia e do exército e pessoas do povo.<sup>38</sup>

Quem buscou também detalhar a ação militar durante a intervenção foi José de Sá. Crítico ferrenho de Seabra, Sá procurou denunciar ao máximo como agiram não apenas o Forte de São Marcelo, mas também os Fortes do Barbalho e o Forte de São Pedro. Esta passagem na obra de Sá é importante, pois demonstra que houve toda uma tática utilizada pelo exército para achacar os postos ocupados pela polícia.

---

<sup>38</sup> *Jornal de Notícias*, 12/01/1912.

O canhoneio era cruzado sobre a cidade, partindo os disparos: do forte de São Marcelo, para o edifício do palácio do governo, de todos o mais visado, Câmara, Teatro São João e quartel do Regime Policial, aos Aflitos; da fortaleza do Barbalho, onde é aquartelado o 6º Batalhão de artilharia de posição, para os mesmos pontos acima assinalados, e pelo Forte de São Pedro, quartel do 50º Batalhão de infantaria (caçadores); um dos canhões do Barbalho fazia disparos, visando o quartel do esquadrão de cavalaria de polícia, situado aos Barris<sup>39</sup>

A cronista Hildegardes Vianna, na sua produção “A propósito do bombardeio e do seu folclore”, apresenta notícias da época, retiradas de jornais ou de folhetins que circulantes pela cidade durante e após o conflito, onde é possível ter pistas de como os indivíduos da época interpretaram aquela intervenção. O uso do emblemático Forte de São Marcelo foi de grande destaque no período.

O Forte do Mar virou homem  
Falou grosso e roncou.  
Com a força de um tiro  
Quase – quase naufragou.  
Gê, gê, gê,  
Pê, pê, pô!  
Pega esta menina  
Que o forte já atirou.  
O Forte do Mar atirou  
Pra terra e cercanias  
Mas quase me mergulhou  
Com tanta fuzilaria.<sup>40</sup>

Além dos tiros de canhão disparados pelos fortes, auxiliou também no bombardeio o 50º Batalhão do Exército que se encontrava presente no Forte do Barbalho. O Batalhão efetuou diversos disparos na direção do Quartel de Cavalaria da Força Policial, do Teatro São João e diversas residências.

O comandante da Força Policial que se encontrava no Palácio dos Governadores, respondeu aos ataques do Exército, disparando rajadas de metralhadoras na direção da Rua Chile, com o objetivo de intimidar as tropas federais. Muitas casas dessa rua foram atingidas no bombardeio, levando a população a ter apenas o direito de fugir para não ser alvejada pelas balas dos canhões e pelos tiros trocados entre o Exército e a Força Policial. O jornal Correio da Bahia numa edição especial procurou sintetizar a reação de

---

<sup>39</sup> SÁ, José de. *O bombardeio da Bahia e seus efeitos*. Bahia: Diário da Bahia, 1918, p. 381.

<sup>40</sup> VIANNA, Hildegardes. *A propósito do bombardeio e do seu folclore*. In Revista do IGH, Salvador, n°80, 1956, p.217.

pavor da população frente aos embates. Segundo o jornal *Correio da Bahia*, em uma matéria produzida sobre o centenário do bombardeio, na época foi dito que da “Ladeira da Praça, Pelourinho e as ruas que anos depois se transformariam na Avenida Sete de Setembro viraram pista de atletismo para uma população assustada com a barbárie.”<sup>41</sup>

O embate entre a Força Policial e o Exército era bastante desigual, o que proporcionou uma vantagem considerável aos “defensores do projeto das salvaçãoes”, quer dizer, Hermes salvando a Bahia para Seabra governar. A supremacia do Exército refletiu-se rapidamente. A Força Policial que encontrava-se fiel aos interesses do governo estadual saiu em debandada de alguns pontos que estava guarnecendo.<sup>42</sup> O confronto espalhou-se por vários pontos da cidade, inclusive na Cidade Baixa, havendo tiroteio entre policiais e soldados, acarretando em mortes, tanto dos militares, quanto dos civis.

Além das mortes, a intervenção salvacionista deixou estragos nos bens edificados que compunham a cidade do Salvador. Podemos destacar entre estas edificações que foram atingidas pelas balas de canhões e pelos tiros disparados por militares do exército e soldados, o Teatro São João, alvejado no seu telhado, provocando danos no seu interior. Outra edificação importante atingida foi a Catedral da Sé, uma das primeiras igrejas construídas no Brasil. Sua estrutura foi prejudicada, principalmente pelo fogo cruzado entre Exército e polícia.



**Figura 18: Teatro São João. Fonte: PEIXOTO, 1945, p.300.**



**Figura 19: Catedral da Sé. Fonte: <http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/catedral-se.htm>. Acesso: 27/02/2019.**

---

<sup>41</sup> *Correio da Bahia*, 02/05/2002.

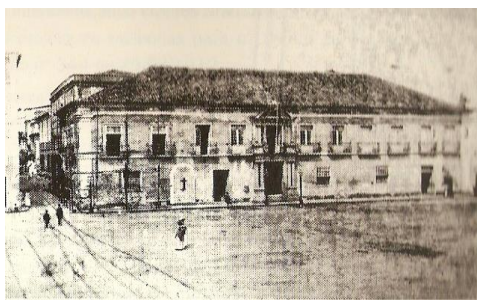
<sup>42</sup> Tanto no Palácio dos Governadores, quanto na estação localizada ao lado da Igreja da Sé houve a derrota eminente da Força Policial.

Mas, se o Teatro São João e a Catedral da Sé tiveram a sorte De “sobreviver” aos ataques provenientes do bombardeio, o mesmo não aconteceu com a Biblioteca Pública do Estado. Localizada nas dependências de um dos principais alvos dos fortes, dentro do próprio Palácio do Governo, este espaço que concentrava um rico acervo, foi completamente destruído pelas chamas do incêndio. Quem destacou no período em suas matérias a grande perda não só para o estado, mas também para a nação, foi o Diário da Tarde que destacou como aquela “bella repartição, que possuía milhares de obras importantes, e de valor, ficou destruída, devido ao incêndio do palácio do governo, visto como funcionava num departamento térreo deste edifício.”<sup>43</sup>

O Jornal de Notícias também destacou essa enorme perda. Aloisio de Carvalho, cronista importante no período que usava o pseudônimo de Lulu Parola, publicou uma crônica que destacava este incidente.

É mesmo coisa de doer à gente  
Que se queimasse a nossa biblioteca!  
(...)  
Um cidadão, no entanto me dizia:  
Foi um desastre mesmo que arrepia!  
Mas, eu não sei também como é que entenda...  
Como é que possa bibliotecas ter  
Um povo que não sabe, ao menos, ler,  
E a quem não dão escolas onde aprenda!<sup>44</sup>

O Palácio do Governo só foi reinaugurado no ano de 1919 pelo governador Antônio Muniz Sodré de Aragão. Nas imagens abaixo é possível ver o interior do imóvel completamente destruído. A mudança do estilo arquitetônico da construção também ficou nítida ao logo do tempo.



**Figura 20: Palácio dos Governadores no ano de 1871. Fonte. PINHEIRO, 2002. p. 234..**



**Figura 21: Palácio dos Governadores no ano de 1900. Fonte. PINHEIRO, 2002. p. 234..**

<sup>43</sup> *Diário da Tarde*, 12/01/1912.

<sup>44</sup> *Jornal de Notícias*, 19/01/1912.



Figura 22: Palácio dos Governadores no ano de 1912. Fonte: Arquivo Nacional. Fotos Avulsas.



Figura 23: Palácio dos Governadores no ano de 1912. Fonte: Arquivo Nacional. Fotos Avulsas.

O conflito cessou apenas às 5 horas e 30 minutos após ter sido hasteada uma bandeira branca no lugar da brasileira, contabilizando assim aproximadamente quatro horas de pânico, mortes e destruição do patrimônio público e privado. Segundo relatos dos jornais situacionistas da época, por ordens do General Sotero de Menezes, os bombeiros apenas saíram para socorrer a cidade às 17 horas, acompanhados por oficiais do Exército. Ainda era preciso, apesar disso, render todas as estações policiais da cidade, o que prolongou os confrontos até o entardecer.

### **O bombardeio e o cotidiano da cidade: mortos, feridos e sobreviventes.**

A matéria intitulada, “Gravíssimos Acontecimentos”, publicada no dia 12 de janeiro, pelo Diário de Notícias procurou apresentar o caos que o combate em terra, proporcionou para a cidade em vários pontos, não limitando-se ao centro. “Ocorrências foram registradas nos bairros do Comércio, do Bonfim, da Calçada, e no Tororó.”<sup>45</sup>

Lulu Parola, no Jornal de Notícias do 13 de janeiro buscou passar uma ideia de que a normalidade estava voltando, talvez acreditando que o bombardeio teria sido o suficiente, para resolver as questões envolvendo a luta pelo poder.

Já pode sair e sem receio;  
Já tudo entrou nos eixos da amizade...  
Sim senhor! Desta vez a tempestade  
Foi mesmo como se diz: - Caiu em cheio!  
Quando o trovão roncou pela cidade  
Ninguém pensou que fosse bombardeio;  
Depois, foi que se viu... E esteve feio!  
Dos tiros – nem se sabe a quantidade!...

---

<sup>45</sup> *Diário de Notícias*, 10/01/1912.

Já passou felizmente, a trabasuna;  
E de novo na paz...republicana,  
O' pacata Bahia, tu repousas...  
Foi-se o Palácio e a pendula da Intendência...  
E o povo diz passada a efervescência:  
- Olhem que esta Política tem coisas!<sup>46</sup>

Mas o conflito estava apenas começando. Os dias seguintes ao bombardeio foram de caos. Perceber que o conflito não foi apenas um ato de quatro horas e que não limitou-se apenas ao centro da cidade é importante para refletir como a intervenção afetou o cotidiano em vários pontos, atingindo uma quantidade significativa da população.

Dentre os vários combates ocorridos, o do bairro do Comércio foi considerado um dos mais sangrentos de todos. Durante a pesquisa foi possível identificar duas “versões” do ocorrido, uma considerada “oficial” e outra “popular”. Coube ao periódico *Jornal Notícias* reproduzir a versão do Exército que proclamava como a versão oficial.

De quantos encontros infelizmente houve, o mais sanguinoso foi o ocorrido cerca de 4 hs. da tarde em frente ao edifício da diretoria das rendas estaduais, no bairro comercial. (...) Um contingente de 60 praças do 6º batalhão de artilharia, sob o comando do tenente Pessoa, dirigiu-se à praça Conde dos Arcos, ao edifício de propriedade do estado, onde funcionava a diretoria das rendas, o posto policial do comércio e o Banco de Crédito da Lavoura, e ali intimou a respectiva força de polícia a se render, no que não foi atendido, travando-se então renhido tiroteio, que durou cerca de duas horas. Nesse combate foram mortos 3 soldados do 6º batalhão, ficando feridos cinco. Do destacamento policial já haviam sido verificados, até ontem, doze cadáveres, sendo que alguns soldados afogados. Um destes foi encontrado boiando, pela manhã de ontem, nas águas da baixa da Victoria, (...). Outros cadáveres foram apanhados pela lancha Atlântica, das obras do porto.<sup>47</sup>

A versão “popular” ficou conhecida como a “Batalha cai n’água”. Segundo Hildegardes Vianna, cerca de 60 soldados do 6º Batalhão fuzilaram os policiais inclusive aqueles que com medo se jogaram dentro do mar. Vianna relata que, segundo relatos populares era possível avistar corpos de policiais boiando nas águas da Jequitiaia, nas obras do Porto e na Baixa da Vitória. Não podemos ignorar como a intervenção militar guiada pela Política das Salvações, trouxe à tona destruição de famílias, pela morte dos seus representantes, sejam estes, civis ou militares.

---

<sup>46</sup> *Jornal de Notícias*, 13/01/1912.

<sup>47</sup> *Jornal de Notícias*, 12/01/1912.

Vianna expressa como os policiais eram alvos apelidos e ditados populares que buscavam diminuir o indivíduo que representava a corporação.

Os soldados recebiam alcunhas estranhas. A fazenda escura do fardamento originava o apelido de Morcego. O cinto de fivela de metal reluzente servia de causa ao de Umbigo lustroso. Alças redondas porque diziam que soldado de polícia não tinham direito a usar a roupa passada a ferro. Os soldados de polícia estiravam a roupa com o auxílio de uma garrafa que servia de rolo.<sup>48</sup>

Além de conviver com estes estereótipos, Vianna também destaca as rivalidades entre as corporações militares e com os civis, trazendo na sua pesquisa relatos que destacavam que apesar de não serem santos os soldados do exército e terem de fato entrado em diversos conflitos com os policiais, os mesmos também “levaram a fama de muita barbaridade praticada por populares e marinheiros, que aproveitavam a ocasião para acertar com a polícia”<sup>49</sup>.Essa “Batalha cai n’água” e toda as rivalidades e conflitos que cercavam o ofício do policial militar foi cantado como música popular na época.

“Umbigo lustroso”,  
“Calça redonda”  
“Cai n’água” dengoso  
Dançando na onda.  
Socorro! Quem me acode  
Me dê pra vestir uma saia.  
Tou fugindo do 6°  
Môrrro se me agarra.  
Chora, chora, morcego,  
Tira de ti essa mágoa.  
Põe sebo na canela  
Ou então, cai n’água  
Corre, corre, corre, corre,  
Abre o chambre sem parar.  
Ali vem o 6° de Artilharia  
Danado para te pegar.<sup>50</sup>

A passagem acima deixa evidente quanto os embates foram brutais. Apesar de ter mudado o cotidiano da cidade por vários dias, e ter alterado completamente as diretrizes políticas aplicadas no estado da Bahia, o bombardeio ao qual foi submetida à

---

<sup>48</sup> VIANNA, Hildegardes. *A propósito do bombardeio e do seu folclore*. In Revista do IGHB, Salvador, n°80, 1956, p.220.

<sup>49</sup> VIANNA, Hildegardes. *A propósito do bombardeio e do seu folclore*. In Revista do IGHB, Salvador, n°80, 1956, p.221

<sup>50</sup> VIANNA, Hildegardes. *A propósito do bombardeio e do seu folclore*. In Revista do IGHB, Salvador, n°80, 1956, p.220.



cidade do Salvador é reduzido geralmente a um evento que teve como única função importância instalar uma nova oligarquia no poder. Apesar de a afirmação anterior ser correta no que tange à mudança no eixo político, um dado geralmente é ignorado ou deixado de lado: como os sujeitos históricos ligados as classes subalternas foram tratados e retratados durante a intervenção federal. A quantidade de mortos no conflito é algo que se perde em seus dados oficiais. Apesar de ter ocorrido uma quantidade expressiva de mortos entre os combatentes, os maiores prejudicados foram os civis.

Mas quem eram os soldados? Quem eram os embarcados no Rio? Quem eram os da Bahia? E os populares? Como estes sujeitos que compunham essa classe subalterna foram tratados e retratados durante o bombardeio da cidade do Salvador? Como podemos identificar as políticas das classes subalternas?

Segundo os dados estatísticos da época em que a pesquisa é desenvolvida, a população soteropolitana era a terceira maior do Brasil, ficando atrás do Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com alguns estudos sobre demografia e urbanismo, Salvador em 1910 tinha aproximadamente 240 mil habitantes. Esta população vivia em condições precárias, principalmente nos distritos centrais – Conceição, Pilar, Sé, São Pedro e Passo – e buscava sobreviver utilizando as ruas, o meio urbano como principal meio para execução dos seus ofícios. “Pedreiros, carpinteiros, carregadores, peixeiros, estivadores”<sup>51</sup>, varejistas e vendedores – principalmente mulheres negras - utilizavam as ruas para vender os mais variados produtos, do artesanato ao alimentício.

Quem também fornece pistas importantes sobre a população da cidade do Salvador nos primeiros anos da Primeira República é o historiador Aldrin Armstrong Silva Castellucci na sua dissertação de mestrado, “Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919”. Segundo Castellucci em 1915, “tinham licença para comercializar pelas ruas cerca de 4.545 indivíduos, número que certamente seria maior se a relação incluísse todos aqueles que negociavam sem permissão oficial.”<sup>52</sup>

Apesar dos apresentados serem de anos após o período da pesquisa, é possível ter uma amostragem da quantidade de pessoas que utilizava as ruas da cidade para sobreviver, o que só ressalta como a alteração do cotidiano da cidade prejudicou várias famílias que retiravam seu sustento das ruas. Sujeitos históricos que “vendiam produtos

---

<sup>51</sup> CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. *A Bahia e a “civilização”: a cidade do Salvador no Brasil republicano*. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Nº 01 – Ano I – Agosto/2010, p.7.

<sup>52</sup> CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919*. Dissertação (Mestrado em História) Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001, p. 17.

ou serviços, de modo itinerante ou fixando-se num determinado ponto, rua, avenida, praça, etc da cidade.”<sup>53</sup> Uma tabela presente na tese de Castellucci apresenta um pouco da estrutura social da cidade do Salvador, mostrando as principais atividades ligadas a sobrevivência da população.

**Tabela 1**  
**Estrutura Social – Salvador 1920<sup>54</sup>**

<b>Atividade</b>	<b>Números Absolutos</b>	<b>%</b>
Agricultura	11.719	4,1
Criação	224	0,1
Indústria	45.653	16,1
Transporte Marítimos e Fluviais	3.212	1,1
Transportes Terrestres e Aéreos	5.770	2,0
Comércio e Finanças	15.780	5,6
Força Pública	2.857	1,0
Administração Pública	3.406	1,2
Administração Particular	1.185	0,5
Sacerdócio e Profissões Liberais	5.932	2,0
Pessoas que Vivem de Suas Rendas	645	0,3
Serviço Doméstico	11.247	4,0
Profissões Mal Definidas	11.204	3,9
Profissão Não Declarada e Sem Profissão	163.410	57,7
Total da População de Salvador	283. 422	100,0

---

<sup>53</sup> CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919*. Dissertação (Mestrado em História) Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001, p. 17.

<sup>54</sup> CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919*. Dissertação (Mestrado em História) Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001, p. 18.

Se compararmos os dados de 1910 e 1920, percebemos que houve um crescimento aproximado de 40 mil habitantes. Contudo em ambos os períodos os indivíduos ligados às classes subalternas eram a grande maioria da cidade. Na tabela acima essa grande parcela de pessoas sem profissão declarada e/ou sem profissão, provavelmente eram indivíduos que tinham as ruas como espaço de trabalho ou de moradia. Eram essas ruas que estavam ocupadas pelas tropas do Exército e por soldados da Força Policial.

Este dado é importante para destacar dois efeitos da intervenção federal sobre uma parcela significativa da população soteropolitana – a alteração do cotidiano da cidade provocou prejuízo financeiro significativo, já que vários comércios ficaram fechados. O Jornal de Notícias do dia 25 de janeiro, treze dias após o bombardeio denunciava o caos ainda vivido: “o comércio está fechado e o tráfego de bondes suspensos.”<sup>55</sup>

Outro ponto a ressaltar foi o fato dos conflitos armados entre o Exército e polícia, vários civis foram atingidos, seja por balas perdidas e até casos como o da senhora Marta Jandaira Lopes, viúva, 41 anos, residente da Ladeira da Jaqueira, que deu entrada no Hospital Santa Izabel, “com fratura exposta da perna direita, destruição da parede abdominal e hérnia do intestino, (...) consequência da explosão de uma granada, que apanhou no quintal de sua casa quando estava lavando roupa.”<sup>56</sup>

O caso da senhora Marta Lopes demonstra que mesmo aqueles que estavam em casa desenvolvendo atividades básicas do dia – a – dia habitual, não escaparam da violência a qual a cidade do Salvador foi submetida. A partir de uma análise das fontes foi possível identificar uma dimensão social entre as principais vítimas. A maioria tanto entre homens, quanto mulheres era composta por negros, pardos, jovens e pobres. Os periódicos que buscavam “denunciar” o processo de intervenção dão conta das principais ocupações desenvolvidas pelas vítimas do conflito. Essa investigação abordou que a parcela mais atingida da população foi a de renda econômica mais baixa. Entre os homens que deram entradas nos hospitais e/ou que foram identificados entre os mortos, as profissões mais comuns eram de caixeiro, marceneiro, carregador, carroceiro, cozinheiro, carteiro e bombeiro. Entre as mulheres era presenciado um reflexo das limitações socioeconômicas sofridas pelo gênero feminino no período; não foram

---

<sup>55</sup> *Jornal de Notícias*, 25/01/1912.

<sup>56</sup> *Diário da Tarde*, 12/01/1912

estipuladas ocupações as vítimas femininas, tendo como denominações constantes: donas – de – casa, casadas, solteiras e até raparigas, meninas provavelmente.

Outro grupo das camadas subalternas também prejudicado foi o dos mendigos que habitavam os espaços atingidos. A partir da obra do historiador Walter Fraga Filho, “Mendigos e Vadios na Bahia do século XIX”, é possível ter um parâmetro da mendicância soteropolitana nos primeiros da república. Se no final do século XIX, “a impressão geral entre os contemporâneos era a de que a Bahia possuía muitos mendigos”<sup>57</sup>, a realidade não era muito diferente no ano de 1912 como vimos na tabela acima. Fraga apresenta um perfil dos mendigos que moravam nas ruas da cidade, sendo a grande maioria de não – brancos, ou seja, de pretos, crioulos, pardos, caboclos; homens e mulheres que se encontravam naquela situação de “mendicância por força do aprofundamento da situação de pobreza.”<sup>58</sup>

Durante o conflito vários mendigos foram alvejados pelas balas disparadas muitas vezes a esmo. Devido à dificuldade de identificar esses indivíduos à quantidade real de mortos não é precisa. Foram os próprios integrantes das classes subalternas que ajudaram uns aos outros, seja no socorro aos feridos, ou no ato de levar até o Instituto Nina Rodrigues e colocar “sobre o passeio das Portas do Carmo, entrada deste Instituto cadáveres”.<sup>59</sup>

Entre os mortos e feridos além de pobres, incluía-se também trabalhadores integrantes de uma classe média, como os moradores da Rua Chile, a exemplo dos prédios, número 23 “este ocupado no pavimento térreo pela sapataria do sr. Raphael Buffone e no superior pela família do cirurgião – dentista Álvaro Barbosa”<sup>60</sup> e o número 25 ocupado “pelas Irmãs Rodrigues, na parte térrea, e no pavimento superior pelo consultório do Dr. Bonifácio Costa”.<sup>61</sup> A partir dos dados disponíveis nos jornais foi possível desenvolver uma tabela acerca de algumas entradas que foram registradas de civis e militares no Hospital Santa Izabel e no Hospital Militar respectivamente.

---

<sup>57</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994,p.69.

<sup>58</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994,p.40.

<sup>59</sup> *Diário de Notícias*, 11/01/1912.

<sup>60</sup> *Diário de Notícias*, 11/01/1912.

<sup>61</sup> *Diário de Notícias*, 11/01/1912.

**TABELA 2**

**MORTOS E FERIDOS ATENDIDOS NO HOSPITAL SANTA IZABEL**

<i>NOME</i>	<i>COR</i>	<i>IDADE</i>	<i>ENDEREÇO</i>	<i>ESTADO CIVIL</i>	<i>OCUPAÇÃO</i>	<i>CONDIÇÃO DE SAÚDE</i>
Albino Xavier	Pardo	33 anos	Residente nas Docas Wilson	Solteiro		Ferimento produzido por arma de fogo.
Antonio Francisco dos Santos		16 anos	Residente no Distrito de S. Pedro			Ferimento por arma de fogo, na garganta.
Antonio Manoel do Sacramento	Mestiço	15 anos	Rua da Jaqueira		Empregado no Comércio	Atingido pelos estilhaços de uma granada que explodiu em frente a sua casa.
Evaristo Emilio de Souza		19 anos	Residente à Rua do Socorro	Solteiro	Carroceiro	Ferido por arma de fogo na cabeça.
Fernandes Antonio do Espírito Santos			Residente do Tororó		Praça do Corpo de Bombeiros	Ferido em três partes do corpo por arma de fogo.
Gregório Lopes dos Santos	Branco	36 anos	Residente a Cruz do Cosme		Carteiro do Correio	Ferimento por arma de fogo, na região frontal e peitoral.
Herculano Cardoso de Souza	Preto	35 anos	Residente ao Caes Dourado			Ferimento por arma de fogo, na garganta.
Irenio Joaquim do Sacramento	Preto	19 anos	Residente à Fonte Nova	Solteiro		Apresentando uma ferida incisa na coxa direita produzido por faca.
João Ribeiro dos Santos	Preto	22 anos	Residente à Cidade de Palha		Carregador	Com ferimentos por bala nas

						regiões dorsal e occipital.
João Rodrigues dos Santos	Preto	19 anos		Solteiro		Ferida contusa no dedo anular da mão esquerda
José Coelho da Silva	Pardo	20 anos	Residente no Lobato			Apresentando três ferimentos no rosto e na região anterior do braço direito
José Geraldo	Branco	15 anos	Residente à Victoria		Soldado de Policia	Ferimento por arma de fogo, na região peitoral esquerda.
José Marcellino da Rocha		22 anos		Solteiro		Ferimentos penetrantes nos braços e por bala.
José Pinto			Rua do Tesouro	Solteiro	Empregado no Comércio	Ferimento penetrante no ante- braço esquerdo.
Joventino de Oliveira					Carregador	Ferimento produzido por bala, na coxa esquerda.
Laureano Caetano de Souza			Residente em S. Raymundo		Empregado em uma venda ali situada	Apresenta ferimentos no ombro esquerdo, produzidos por balas.

Manoel Costa	Preto	19 anos		Solteiro		Ferimento penetrante nas costas.
Marcellino José dos Reis		44 anos		Casado	Negociante	Ferimento por arma de fogo, na cabeça e no braço.
Marta Jandaira Lopes		41 anos	Residente à Ladeira da Jaqueira	Viúva		Com fratura exposta da perna direita, destruição da parede abdominal e hérnia do intestino, estado gravíssimo, em consequência da explosão de uma granada, que apanhou no quintal de sua casa quando estava lavando roupa.
Miguel Benedicto dos Santos			Residente ao Pelourinho	Solteiro		Ferimento produzido por arma de fogo na barriga. Faleceu.
Osmundo Barbosa	Pardo	23 anos	Residente à Saúde	Casado	Praça do Corpos de Bombeiros	Com um ferimento por bala na região frontal
Pedro José de Oliveira		19 anos		Solteiro		Ferimento na região escapular esquerda,

						produzido por arma de fogo
Vicente Pereira de Oliveira	Branco	19 anos		Solteiro	Soldado da Força Policial	Ferimento por arma de fogo, no pé esquerdo

**TABELA 3**

**MORTOS E FERIDOS ATENDIDOS NO HOSPITAL MILITAR**

<i>NOME</i>	<i>COR</i>	<i>IDADE</i>	<i>ENDEREÇO</i>	<i>ESTADO CIVIL</i>	<i>OCUPAÇÃO</i>	<i>CONDIÇÃO DE SAÚDE</i>
Antonio Luiz dos Santos		31 anos		Solteiro	Praça do 50° Batalhão de Caçadores	Com fratura das pernas, ferimentos estes produzidos por bala
Elpidio Alexandrino Alves					Praça do 6° Batalhão	Contusão no peito
Euzebio Victorino dos Santos		24 anos		Solteiro	Praça do 6° Batalhão de Artilharia	Ferido na cabeça, e em ambos os braços por bala
João Antonio da Silva		20 anos		Solteiro	Praça do 6° Batalhão	Ferimento na coxa direita por bala
João Martins da França		22 anos		Solteiro	Praça do 6° Batalhão de Artilharia	Com ferimento no braço esquerdo
José Clinio de Mello e Silva					50° Batalhão de Caçadores	Ferido
José Joaquim dos Santos					Corneteiro do 6° Batalhão	Recolhido morto ao Hospital, com ferimentos grandes nas pernas
Pedro Leitão de		28 anos		Solteiro		Ferimentos por bala no pé



Lima						esquerdo
Petronilo de Salles		25 anos presumíveis			3° Bateria independente, adido ao 6° de Artilharia	Recolhido morto ao Hospital
Roque Paulino		20 anos		Solteiro	Praça do 6° Batalhão	Ferimento por bala na perna direita
Severino Felix Barbosa					Corneteiro do 6° Batalhão de Artilharia	Morto
Thomaz Aquino da Rocha		18 anos		Solteiro	Praça do 6° Batalhão de Artilharia	Com 2 ferimentos por bala, nas costas, sendo seu estado grave
Vicente Ferreira Ramos		23 anos		Solteiro	Praça do 6° Batalhão de Artilharia	Ferimentos por bala na coxa esquerda

As tabelas acima dão uma noção de como foi este conflito. É possível identificar além da faixa etária, alguns dados interessantes para a pesquisa, como o endereço, a ocupação e o estado de saúde. Trabalhadores do comércio e carregadores estão entre os principais. São justamente uma parcela da população a que o seabrista PRD dedicava o seu programa de governo ainda em 1911, quando estava formando os pilares da sua ascensão ao poder.

Diante da dificuldade em obter o apoio dos chefes tradicionais da Bahia, Seabra recorreu ao comércio e aos trabalhadores da capital, setores dotados de grande visibilidade política. O programa do Partido Democrata fazia referências explícitas aos trabalhadores, ao postular a solução do problema operário, visando, principalmente, três questões: as habitações operárias; a educação do operário e de seus filhos; e a proteção aos operários vítimas dos acidentes de trabalho.<sup>62</sup>

A afirmação acima apresentada por Sarmento que a classe trabalhadora era um setor dotado de visibilidade política nos faz refletir acerca das produções historiográficas que por décadas negligenciaram o papel destes sujeitos históricos. Vale

---

62 SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.p.127.

destacar também que as tabelas acima não refletem a quantidade exata de mortos e feridos no conflito, já que muitos feridos não deram entrada nos hospitais e vários corpos foram jogados ao mar. A população que teve como promessa habitação, educação e proteção contra acidentes no trabalho, teve que lidar com os escombros, as brasas e as cinzas.

### **O bombardeio e o cotidiano da cidade: políticos, imprensa e participação popular**

Mesmo após toda violência, que atingiu de forma significativa as classes subalternas, Aurélio Vianna respondeu ainda telegramas como chefe de estado, tendo inclusive respondendo ao general que, mesmo com a cidade ainda em conflito, ele “manteria o seu princípio de autonomia.”<sup>63</sup> A gravidade dos acontecimentos, as ameaças ainda existentes por parte do Exército, e de alguns setores importantes da sociedade baiana contribuíram, no entanto para o pedido de renúncia do governador interino, pois, mesmo após o bombardeio várias ocorrências de disputas entre soldados e policiais ainda eram registradas, deixando o comércio ainda fechado ou funcionando de forma precária.<sup>64</sup>

O prejuízo do comércio fechado atingiu não só os pequenos comerciantes, mas também os grandes que apesar de não sofrer literalmente como os primeiros, começaram a ter prejuízos financeiros. Entrou em cena a Associação Comercial da Bahia, que, a partir do seu quadro de grossistas, buscou exercer toda a pressão possível para resolver o quanto antes o clima de tensão que vivia a cidade.

Aurélio Vianna deixou então o governo do estado, sendo substituído pelo terceiro e último da hierarquia, o presidente do Tribunal de Apelação e Revista Braúlio Xavier da Silva Pereira. A chegada de Braúlio Xavier ao poder foi comemorada pela Associação Comercial, que, depois da posse, se manifestou em favor de providências que visassem “garantir a paz e a tranquilidade da população, para o que S. Exa. o Sr. General Sotero de Menezes pôs à disposição toda a força federal de que dispõe”.<sup>65</sup>

No dia 15 de janeiro nas dependências do edifício da Câmara dos Deputados, sob o comando do Barão de São Francisco, ocorreu a primeira reunião da Assembleia

---

<sup>63</sup> *Diário de Notícias*, 12/01/1912.

<sup>64</sup> Dentre os representantes do celebre grupo comercial da sociedade baiana encontrava-se uma instituição comercial de respaldo: a Associação Comercial. Representava por alguns de seus diretores esta instituição procurou o governador interino para cobrar soluções rápidas e emergências em nome do comércio do Estado. Ver *Jornal de Notícias*, 12/01/1912.

<sup>65</sup> SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2011, p.104.

Geral. Esta reunião contou apenas com a presença do grupo seabrista, já que grande parte dos políticos filiados à situação ainda no poder encontravam-se em Jequié, a nova e muito controversa capital do estado. A principal resolução tomada neste encontro foi à manutenção do prazo para realização da eleição governamental, no dia 28 de janeiro.

Porém, mesmo com a renúncia de Aurélio Vianna, o grupo governista ainda procurava ferramentas que proporcionassem uma reversão do quadro político estabelecido. Destacando-se novamente como um dos “cérebros” do grupo, o jurista e político baiano Rui Barbosa traçou um novo plano para tentar reconquistar o poder. Coube então ao grupo que estava sendo destituído do poder impetrar um habeas corpus solicitando a reposição imediata do governador deposto, alegando para isso, que o mesmo havia sido forçado a deixar o poder.

Preocupado com as consequências da sua política intervencionista, o presidente Hermes da Fonseca, solicitou que o mesmo general responsável pela organização dos ataques, o militar Sotero de Menezes, reconduzisse ao cargo de governador do estado, Aurélio Vianna. A decisão foi enviada ao político via telegrama expedido pelo Ministro Interior, Rivadavia Correia.

Dr. Aurélio Vianna – S. Salvador – Bahia – Marechal presidente República comunica que, ao atender requisição juiz federal dessa secção, não teve outro intuito que cumprimento ordem “habeas – corpus” concedido senador Leoni e outros, agindo assim acordo n. 4 art. 6 da Constituição, tendo verificado agora pelo teor do officio pelo qual v. exa. passou governo estado ao dr. Bráulio Xavier, que o fez sob coação e não por voluntária renúncia, como antes fôra informado acaba determinar ao sr. Ministro da Guerra que expeça com urgência ao general inspetor da região ordens terminantes serem postos disposição v. exa. todos os elementos de força necessários à sua reposição no governo estado, prestando-se-lhe igualmente as garantias para que nele se mantenha. Sr. presidente Republica ordenando-me fazer esta comunicação a v. exa. tem em vista, agora como sempre, o cumprimento de seu dever constitucional, que não seria satisfeito se por qualquer forma contribuísse para ferir a autonomia deste estado. Saudações atenciosas – Rivadavia Correia, ministro Interior.<sup>66</sup>

No dia 21 de janeiro Aurélio Vianna foi reconduzido ao posto de governador interino. Até o general Sotero Menezes, um dos principais envolvidos no embate, ao ser comunicado da reposição reforçou o posicionamento dele e de todos os integrantes do Exército de respeito ao governo, alegando a Vianna que “havia cumprido, como

---

<sup>66</sup> *Diário de Notícias*, 22/01/1912.

soldado, as ordens do presidente da República, estando disposto a assegurar ao dr. Aurélio Vianna todas as garantias necessárias para a estabilidade do governo.”<sup>67</sup>

O episódio da recondução do governador deposto ao poder foi retratado com chacota pela revista carioca o Malho. Com uma charge que trazia o ex-governador comemorando a sua volta ao cargo gritando palavras como, “anarquia”, “fraude”, “morticínio”, “coação” “terror” e “atentados”. Ao lado do político estava à Mulata Velha com suas feridas cobertas por remendos de panos escritos – “reposição”.



**Figura 24: O governo repõe... e o povo dispõe...**  
A reposição do governador interino ao poder. Fonte O Malho  
03/02/1912.

Essa charge do O Malho é interessante, pois além de mostrar nitidamente o posicionamento do impresso acerca da situação ocorrida na Bahia, que definitivamente não era do lado do grupo de Rui Barbosa O impresso aproveita para fazer uma crítica ferrenha:

A situação da Bahia está normalizada, e estaria há mais tempo se não fossem umas reposições por demais constitucionais e de efeito negativo... cada vez mais nos convencemos de que a nossa Constituição é uma bota e só tem servido para complicar todos os casos críticos da nossa política interna.<sup>68</sup>

A constituição de fato foi tratada como uma “bota”, pois, mesmo prometendo ter uma diretriz comprometida em respeitar a reposição, as tropas do Exército permaneceram nas ruas das cidades, deixando a população receosa com a possibilidade de novos conflitos. Acredito na hipótese que a decisão de manter as forças federais nas ruas fosse uma das principais estratégias do grupo seabrista. Além da manutenção dos

<sup>67</sup> *Diário de Notícias*, 22/01/1912.

<sup>68</sup> *O Malho*, 03/02/1912.

militares que já estavam na capital baiana, à cidade ainda presenciou a chegada de mais soldados.

A Revista Careta apresentou na época a ocupação militar que ocorreu após o bombardeio da cidade algo em torno de quinhentos praças do Exército que estavam em Recife. O 53º Batalhão que estava em Alagoas também embarcou para Salvador. Esta suposta estratégia proporcionou uma grande tensão na população, que via o cenário de violência, mortes, roubos, o comércio funcionando de forma irregular por mais de uma semana. Manter o Exército nas ruas terminou contribuindo para que uma parte da população passasse a ver o governo estadual, representado pelo interino Aurélio Vianna como o responsável pelas perdas e danos.



**Figura 25: A intervenção na Bahia.  
53º Batalhão preparando-se para embarcar no Orion. Fonte:  
03/02/1912.**

Este ponto do conflito é interessante, pois mais uma vez a população vai ser lembrada pela imprensa da época de forma conveniente a seus interesses. Se fosse necessário dar o destaque devido às classes subalternas para fortalecer um discurso isso era feito sem o mínimo pudor. Um exemplo interessante é como uma parte da imprensa carioca retratou estes indivíduos durante as intervenções. Em certo momento, ao retratar a intervenção no Ceará, o maior destaque não foi dado aos políticos contrários ao projeto salvacionista, como no caso da imprensa seabrista. O destaque foi para os “grupos de rapazes que tomaram parte nos tiroteios contra a polícia da oligarquia

Accioly”<sup>69</sup> e para o “grupo de populares armados, numa espécie de barricada em uma das ruas da Fortaleza – Capital do Ceará”.<sup>70</sup>

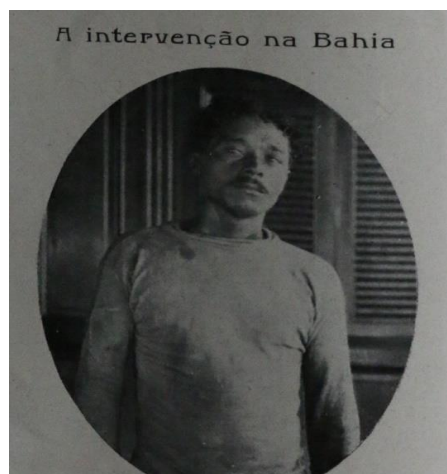


**Figura 26: Fogo! Nas oligarquias!**  
Movimento salvacionista no estado de Fortaleza. Fonte: O Malho 09/03/1912.



**Figura 27: Movimento contra as oligarquias.**  
Movimento salvacionista no estado de Fortaleza. Fonte: O Malho: 09/03/1912

Quando acima cito a questão do pudor, é por verificar durante a pesquisa o espaço que foi aberto – mesmo que pequeno – para integrantes de uma classe marginalizada pelos grupos que estavam no poder. Um ponto que chamou bastante atenção foi o status de herói dado a um estivador que “contribuiu para intervenção na Bahia salvando um cavalo do Exército que caiu no mar no momento do embarque.”<sup>71</sup>



**Figura 28: A intervenção na Bahia.**  
O estivador que “ajudou” na intervenção. A utilização das classes subalternas pelos periódicos de acordo com seus interesses foi uma prática comum. Fonte: Careta: 03/02/1912.

---

<sup>69</sup> *O Malho*, 09/03/1912.

<sup>70</sup> *O Malho*, 09/03/1912

<sup>71</sup> *Careta*, 03/02/1912.

A obra, “Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi”, de José Murilo de Carvalho, ajudou a consolidar uma interpretação historiográfica e principalmente um senso comum onde a população ficou inerte diante das decisões políticas que se passavam no país durante quase todo o período republicano. A famosa passagem, presente na obra que faz referência a frase de Aristides Lobo onde “o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado sem compreender o que se passava”<sup>72</sup> influenciou diversos trabalhos.

Esta hipótese deixa alguns questionamentos importantes. Primeiro, como já foi citado, a maioria dos programas de governo, como por exemplo o do PRD, consideravam a classe trabalhadora dotada de visibilidade política tendo um espaço dedicado a esta classe no seu programa. Segundo, a ação da própria imprensa durante o bombardeio da cidade do Salvador e nas outras cidades que passaram pela intervenção militar no que tange ao uso das classes subalternas, dando a mesma uma grande visibilidade. O desenvolvimento de novas pesquisas historiográficas demonstra um outro olhar sobre a participação popular na política brasileira.

Aldrin Armstrong Silva Castellucci, no artigo, “Muitos votantes e poucos eleitores: a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850 – 1881)”, analisa como a classe trabalhadora buscou seu espaço na política brasileira desde o período imperial, buscando a partir dos meios legais sua representatividade num espaço que era dominado pelas grandes oligarquias provinciais.

Uma tabela apresentada pelo historiador mostra a dimensão de votantes ligados aos trabalhadores na cidade do Salvador.

---

<sup>72</sup> CAVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

**Tabela 4****Número de votantes de Salvador por ocupação (1850 – 1881).**

Profissão / Ocupação dos cidadãos qualificados	Número de cidadãos qualificados	Percentual
Trabalhadores	6.304	72,5
Profissionais Liberais	255	2,9
Negociantes/Comerciantes	1.482	17,0
Proprietários	226	2,6
Sacerdotes	44	0,5
Policiais/Militares	75	0,9
Outros	206	2,4
Não identificados	100	1,2
TOTAL	8.692	100,0

Apesar da dificuldade de mudar os padrões políticos e econômicos da província e conseqüentemente do país, tendo uma quantidade maior de votantes em detrimento de eleitores, como o próprio artigo destaca no seu título, buscar está presente e se fazer representar não pode deixar de ser considerada como uma ação política, ação que ajudou no decorrer da Primeira República a organizar manifestações nas ruas e greves pelo país, como a greve geral na Bahia no ano de 1919.<sup>73</sup>

Viscardi no artigo “Voto, representação política e soberania popular na república brasileira”, traz uma reflexão interessante sobre alguns conceitos cristalizados na teoria e na práxis social desde o Império que a Primeira República teve que lidar. As definições acerca da palavra povo segundo a historiadora “estavam imersas em preconceitos de classe, desde os dicionários do século XVIII até os publicados ao final do XIX.”<sup>74</sup> Durante o Império “o conceito vinha associado à ideia de “plebe”, “povo miúdo” “gentilha” ou “vulgo”, que assumiam sentidos pejorativos”.<sup>75</sup> Por mais que durante o período republicano, novos dicionários passassem a dar novas definições a

---

<sup>73</sup> Ver: CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919*. Dissertação (Mestrado em História) Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001.

<sup>74</sup> VISCARDI, Claudia Maria R. *Voto, representação política e soberania popular na república brasileira*. Estudos Ibero – Americanos, Porto Alegre, n° 1, v 1, 2015, p. 18.

<sup>75</sup> VISCARDI, Claudia Maria R. *Voto, representação política e soberania popular na república brasileira*. Estudos Ibero – Americanos, Porto Alegre, n° 1, v 1, 2015, p. 18.



este grupo de determinados indivíduos, passando a conceber o povo como, “a terceira classe dos cidadãos, por distinção das outras, da nobreza e clero. (...). Todos os indivíduos que constituem uma nacionalidade, tomado coletivamente”<sup>76</sup>, a forma que os ligados às classes subalternas eram vistos, ainda mantinha um olhar pejorativo. Contudo o importante para a pesquisa é destacar que mesmo com todas as dificuldades encontradas, as classes subalternas buscaram mostrar sua existência, relativizando a ideia que estes indivíduos fossem tão bestializados assim.

Convém destacar que a limitação do exercício de um direito político fundamental não impediu a participação política dos que não tinham direito ao voto. Ela se processava através de mecanismos alternativos, a exemplo do associativismo, em suas diversas modalidades, como o mutualista, sindical, filantrópico, literário, científico, entre outros. Estudos recentes têm apontado para a significativa mobilização da sociedade civil brasileira no final dos oitocentos e primeiras décadas do século XX, em contraposição a uma sociedade de indivíduos passivos.<sup>77</sup>

Viscardi além de apresentar essa relativização acerca da dimensão política das classes subalternas na Primeira República, apresenta uma concepção que é importante nesta pesquisa: a utilização da imprensa. A historiadora identifica a imprensa “como canal de expressão de interesses e de formação de opinião. Muitas vezes eram os jornais os únicos meios de intervenção das oposições sobre a política.”<sup>78</sup>

A importância que foram dadas às classes subalternas nas matérias dos jornais em 1912 é de se destacar, pois mesmo alguns periódicos tendo como objetivo central utilizar esses indivíduos de acordo com seus interesses, a presença dos mesmos na imprensa não deixa de demonstrar força e representatividade. Houve um destaque não só aos mortos e feridos, mas também às ações realizadas por populares em manifestações e/ou ações que de acordo com cada periódico foram consideradas, ora como um mero vandalismo orientado e/ou pago, já que várias denúncias foram realizadas sobre a suposta presença de infiltrados ligados aos grupos políticos entre os populares durante tais ações; ora com atitudes que alcançavam um status nobre de heroísmo.

---

<sup>76</sup> VISCARDI, Cláudia Maria R. *Voto, representação política e soberania popular na república brasileira*. Estudos Ibero – Americanos, Porto Alegre, n° 1, v 1, 2015, p. 19.

<sup>77</sup> VISCARDI, Cláudia Maria R. *Voto, representação política e soberania popular na república brasileira*. Estudos Ibero – Americanos, Porto Alegre, n° 1, v 1, 2015, p. 24.

<sup>78</sup> VISCARDI, Cláudia Maria R. *Voto, representação política e soberania popular na república brasileira*. Estudos Ibero – Americanos, Porto Alegre, n° 1, v 1, 2015, p. 24

Enquanto Rui Barbosa acreditava que os indivíduos por detrás dos protestos contra o governo não passavam de “uma malta arruaceira, patuleia de sicários, escória das calçadas, lixo de todos os motins, formada basicamente por soldados disfarçados e maus elementos”<sup>79</sup>, uma parte da imprensa creditava a esses mesmos indivíduos ações de heróis comprometidos com a ordem e questionadores do grupo situacionista, populares que além de armarem barricadas, ao se juntarem ouvia-se “vivas aos nomes do srs. Dr. José Joaquim Seabra, (...), atirando também contra a polícia”.<sup>80</sup>

Mas que populares eram estes? A população não estava apavorada? Que populares eram estes que possuíam armas e sabiam usá-las? O livro de Flávia Borges Pereira nos deixa ver que o uso das classes subalternas pela imprensa não foi uma exclusividade da Bahia. Em Pernambuco também travou-se uma disputa entre os jornais da época acerca das notícias que envolviam a população. O Jornal de Pernambuco pretendia “instruir o povo, beneficiando-o, esclarecendo-o, moralizando-o, ensinando-o e civilizando-o”<sup>81</sup>, pretensões que os jornais baianos também buscavam de acordo com seus interesses.

É importante perceber a preocupação que a imprensa tinha com as classes subalternas em relação ao seu apoio ou contestação. Mesmo sendo uma preocupação provavelmente “camuflada”, estando mais evidente no campo da representação, não podemos deixar de ressaltar como os setores populares estavam mais presentes do que nunca nas páginas dos principais jornais do período. Por mais que os jornalistas e políticos retratassem as ações populares colocando-se ao lado dos mesmos, mas não se igualando aos mesmos, indica não só o preconceito, mas também o temor de dar espaço demais a estas classes.

Nesta batalha entre grupos políticos, coube à imprensa se aproveitar das manifestações populares ligadas aos caos proporcionado pela intervenção, para denunciar ao máximo as ações atribuídas aos populares. As instalações dos jornais considerados aliados do grupo situacionista foram saqueadas e depredadas. As dependências onde funcionavam os jornais Diário da Bahia, Diário da Tarde e o A Bahia foram destruídas.

---

<sup>79</sup> SARMENTO, Sílvia Noronha. *A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. 2011, p.144.

<sup>80</sup> *Diário de Notícias*, 24/01/1912.

<sup>81</sup> PEREIRA, Flávia Borges. *Salvações no Nordeste: política e participação popular*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011, p.96.

O Diário da Bahia pertencia ao político situacionista, mais especificamente Severino Viera, algo comum no período, não sendo o mesmo a ser o único a utilizar da imprensa para expor seus ideais nos periódicos. Segundo o Jornal de Notícias, populares atiraram explosivos nas instalações onde funcionava o periódico, gerando grande pânico entre os funcionários. Segundo o jornal foi colocado fogo nas instalações, uma manifestação que era seguida de gritos onde eram ovacionados os nomes de Seabra e do general Sotero.<sup>82</sup>

O Diário da Tarde e o jornal A Bahia também sofreram com as manifestações

Em seguida a “multidão” foi para a sede de outros jornais locais: na Praça Castro Alves invadiu A Bahia, órgão das classes comerciais e industriais do Estado. As máquinas foram quebradas e empastelaram todo o material das oficinas, cujas as caixas foram atiradas nas ruas. Papéis, arquivos e coleções d’A Bahia alimentaram uma grande fogueira feita pela multidão. No bairro comercial, outro jornal foi alvo de violência desta vez o Diário da Tarde de propriedade do deputado federal José Gabriel de Lemos e Brito da corrente marcelinista.<sup>83</sup>

Em sua dissertação, Quaresma levanta dúvidas acerca destas manifestações populares, concordando em partes com as denúncias que foram realizadas por Rui Barbosa. Para a historiadora chamava a atenção os ataques realizados aos jornais interligados aos grupos oligárquicos que dominavam a política baiana.

A depredação desses jornais levanta a dúvida em relação àqueles que estavam sendo chamados de povo. Por que a população baiana atacaria os principais jornais situacionistas? Responsabilizava-os pelo bombardeio? Uma parte da população aterrorizada não tinha fugido para o subúrbio, como afirmaram os jornais locais? Como afirma Sá, é provável que uma parte das pessoas envolvidas nas depredações estivesse mesmo querendo se passar pelo povo. Para o autor, fazia parte de um plano os soldados da guarnição federal, dos batalhões, os marinheiros e os soldados das companhias de outros Estados apresentarem-se como o povo da Bahia.<sup>84</sup>

Por mais pertinente que sejam estes questionamentos, relativizar demais as manifestações populares acarreta na sua desvalorização. Como vimos acima ambos os

---

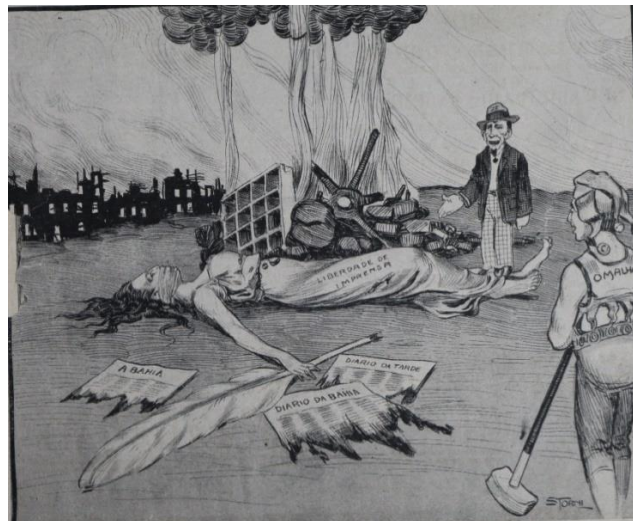
<sup>82</sup> Jornal de Notícias 25/01/1912.

<sup>83</sup> QUARESMA, Mônica dos Santos. *O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J. Seabra: 1912 – 1916*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.p.94.

<sup>84</sup> QUARESMA, Mônica dos Santos. *O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J. Seabra: 1912 – 1916*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.p.96.

lados usaram todas as estratégias possíveis na luta pelo poder. Por que mais que entre os populares tivessem pessoas ligadas ao seabrismo não podemos duvidar que esta estratégia também foi utilizada pelo outro grupo. Porém não podemos conceber que todas as manifestações tenham sido guiadas pelos interesses dos “disfarçados”.

O que ocorria era a utilização das manifestações populares pela imprensa dos dois lados, situacionistas e seabristas, uma imprensa que se dividia segundo as facções e escolhas de seus editores ou proprietários. O Malho do dia 3 de fevereiro de 1912 emitiu uma charge acompanhado da nota, “protestamos: nos últimos conflitos que enlutaram a capital da Bahia, foram destruídas a dinamite as redações e oficinas dos jornais Diário da Bahia, Diário da Tarde e a Bahia.”<sup>85</sup>



**Figura 29: Protestamos!**  
Ataque aos edifícios dos jornais A Bahia, Diário da Bahia e Diário da Tarde durante as manifestações populares. Fonte: O Malho 03/02/1912.

A nota de protesto representa uma complexidade da imprensa na Primeira República brasileira. Por mais que a charge traga uma mulher com a boca vendada representando a “liberdade de imprensa”, demonstrando um suposto protesto as ações que culminaram na destruição das redações dos jornais acima citados, não podemos deixar de destacar que estes mesmos periódicos viviam em pé de guerra, já que representavam geralmente os interesses dos grupos oligárquicos que pertenciam. Não é à toa talvez que a representação humana do O Malho esteja com um chapéu de palhaço olhando para a cena com uma expressão que não demonstra dor ou tristeza.

---

<sup>85</sup> *O Malho*, 03/02/1912.

Coube aos periódicos apoiadores da intervenção destacar as manifestações que ocorriam na cidade. Um dos palcos do bombardeio, o Palácio dos Governadores e outros pontos da cidade passaram a serem alvos de protestos populares, que exigiam a renúncia do governador em exercício Aurélio Vianna. A revista *Careta* apresenta na sua edição de 20 de janeiro de 1912 uma manifestação no Largo de São Francisco. Composta de duas fotografias a primeira faz questão de destaca a quantidade de pessoas no evento, uma quantidade considerada relevante, enquanto a segunda busca denunciar a suposta agressão da polícia aos manifestantes.



**Figura 30: Comício de protesto no Largo de São Francisco.**  
Protesto popular no Largo de São Francisco.  
Fonte: *Careta* 20/01/1912.



**Figura 31: A polícia atacando o povo, no Largo de São Francisco.**  
Protesto popular no Largo de São Francisco. Fonte: *Careta* 20/01/1912.

Apesar da forma como a imprensa representou as camadas populares ao bel prazer das suas convicções políticas, registros que apresentavam indivíduos confusos, quase que inocentes, “arrastados por determinados segmentos políticos”, agindo sem uma suposta convicção, as pesquisas contemporâneas não entendem estas manifestações populares como ações impensadas. Um exemplo do uso por parte da imprensa de supostas as manifestações populares de forma alienada foi apresentada pelo periódico *Diário da Tarde*, ao retratar a destruição da Biblioteca Pública. Segundo o periódico, “populares inconscientes invadiram a Bibliotheca e levaram centenas de livros, logo que principiou o incêndio, rasgando outras etc”.<sup>86</sup> É interessante que nesta mesma matéria é colocado um enorme “peso” nas ações populares uma ato que segundo o jornalista não seria aprofundado pelo periódico, mas que seria “entregue ao Julgamento da História, imparcial e severa.”<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> *Diário da Tarde*, 12/01/1912.

<sup>87</sup> *Diário da Tarde*, 12/01/1912.

Interessante perceber como as classes subalternas entraram nesse jogo político. Ao mesmo tempo em que é considerada inexpressiva, a ponto da historiadora Consuelo Novais Sampaio apontar para um possível descrédito por parte das oligarquias para suas opiniões e desejos<sup>88</sup>, suas ações naquele momento ganhavam outro status, chegando ao nível de serem julgadas, como se coubesse a História julgar os indivíduos como heróis ou vilões. Segundo algumas pesquisas contemporâneas sobre a Primeira República, estas ações não são vistas como algo dissociado de um posicionamento político até porque não nos cabe como historiadores julgar e sim refletir sobre tais ações. Seria muita pretensão julgar que o Comício no Largo de São Francisco, destacado na figura 30, foi composto por várias pessoas que estavam ali sem conhecimento acerca das consequências referente aos seus atos.

Ciente da instabilidade pública na qual encontrava-se a cidade, e temendo pela própria vida, Aurélio Vianna refugiou-se no Consulado Francês e decidiu renunciar de forma terminante do posto de governador interino, a favor da “paz do estado e da tranquilidade pública”.<sup>89</sup> Era a declaração pública da sua resignação, frente as pressões não só do Exército, mas também das manifestações nas ruas, algo que naquele momento interessava a J.J. Sebra, que a cada hora se aproximava da Mulata Velha para ser “delirantemente reconhecido.”<sup>90</sup> A charge de *O Malho*, do dia 30 de março de 1912, buscava passar a ideia que este reconhecimento tinha como princípio matriz o reconhecimento popular que seria Seabra a melhor opção para o estado, levando o próprio “Zé Povo” a fornecer o vento necessário para que o político chegasse em solo baiano.



**Figura 32: Um quadro do “temporal” baiano. José Joaquim Seabra chegando ao estado da Bahia com as suas supostas boas intenções. Fonte: O Malho 30/03/1912.**

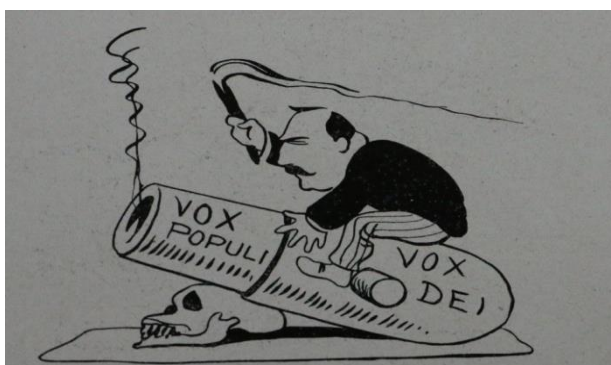
---

<sup>88</sup> Ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

<sup>89</sup> *Diário de Notícias*, 26/01/1912.

<sup>90</sup> *O Malho*, 30/03/1912.

Coube novamente ao político Braúlio Xavier assumir o cobiçado cargo de governador do estado, no qual não permaneceu por muito tempo. Na verdade o presidente do Tribunal de Apelação e Revista apenas cumpriu a Constituição Federal no que tangia a sucessão governamental em casos de renúncia. Na data oficial para realização das eleições, no dia 28 de janeiro, foi realizado o tão disputado pleito. Apesar do grupo situacionista ter lançado às pressas o nome de Domingos Guimarães, a situação não era nada animadora. No dia seguinte à sua realização, foram apurados os votos. José Joaquim Seabra foi eleito governador do estado da Bahia com 66.956 votos, contra 2.695 do rival. Era segundo a Revista Careta a “vontade das urnas.”<sup>91</sup>



**Figura 33: “Vox Populi Vox Dei” expressiva e comovedora charge a propósito da vontade das urnas. Associação da vitória de Seabra ao bombardeio da cidade do Salvador. Fonte: Careta 06/04/1912.**

Chegava ao fim em solo baiano a meta estipulada pelo governo Hermista de erradicar as ditas “oligarquias”, ou seja, as facções contrárias ao seu grupo em ascensão. O Jornal de Notícias do dia 25 de março trazia versos de um Lulu Parola satisfeito com a subida de Seabra ao poder, uma felicidade que parecia ignorar todo o ocorrido.

Tomou posse Seabra... Sim senhor!  
Pode dizer que foi renhido o pleito!...  
Se o povo é na república eleitor,  
Nunca nenhum foi melhor eleito...  
Deu trabalho... houve uns dias de calor  
Desde que o vulgo chama – de respeito;

---

<sup>91</sup> Careta, 6/04/1912.

Mas, o triunfo na vida tem valor  
Quando custa; se não é perfeito!  
Na política – a luta foi tremenda,  
Desde o ano passado... E de janeiro  
Tem sido mesmo destas de encomenda.  
Tomou posse afinal, como queria...  
E espero aqui que o honrado Brasileiro  
Corresponda a esperança da Bahia!<sup>92</sup>

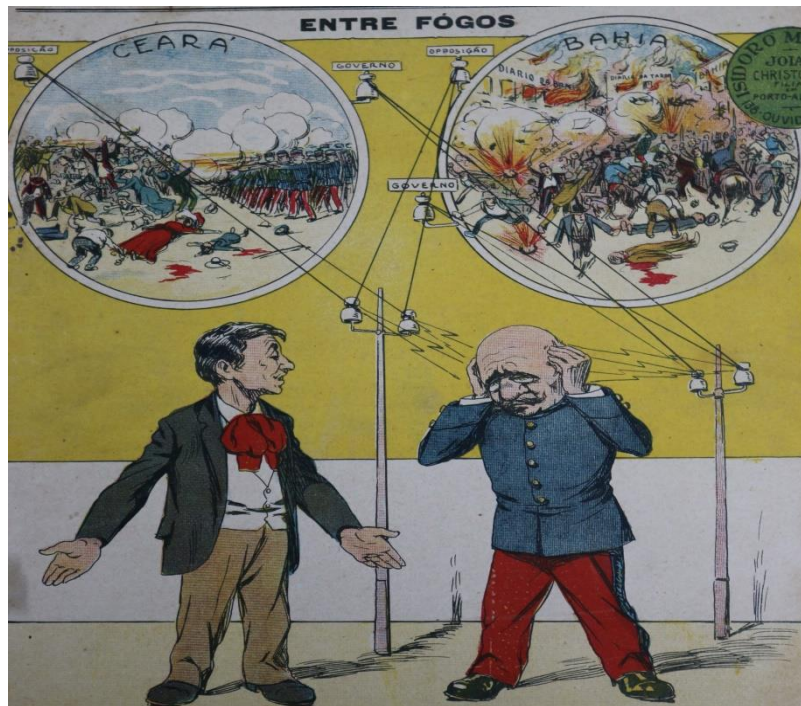
Saía vitorioso o projeto de Seabra de chegar ao poder do estado e assim buscar implementar a sua experiência testada e executada na capital federal. Mas essa luta pelo poder havia deixado “cicatrizes” marcantes, tanto na população, quanto na cidade. Após a definição da nova configuração política do estado da Bahia houve a preocupação efetiva por parte dos envolvidos de isentar suas participações, suas responsabilidades. Coube aos principais jornais relatar as consequências imediatas do bombardeio, demonstrando que uma história pode obter várias versões de acordo com os interesses em jogo. Iniciava-se assim um novo capítulo do poder: a batalha entre a acusação e a negação.

---

<sup>92</sup> *Jornal de Notícias*, 25/03/1912.



# Epílogo



## Acusações e nenhuma neutralidade

Após a intervenção federal em território baiano, uma outra fase do conflito iniciou-se: a batalha na imprensa pela versão dos fatos a ser oficializada, uma batalha por uma “verdade”, acerca do bombardeio. Após os atos de violência que alteraram por dias o cotidiano da cidade do Salvador, coube aos principais meios de comunicação do período, jornais e revistas, relatar os acontecimentos de acordo com os interesses que defendiam, utilizando para isso as armas do papel e da tinta, para afirmar ou simplesmente negar os fatos.

Não cabe nesta pesquisa apontar quem retratou os fatos com veracidade ou mentiu e/ou omitiu. O interessante desta nova etapa do conflito pelo poder é compreender como a imprensa retratava os interesses dos grupos políticos aos quais era ligada, traçando um debate presente ainda nos dias atuais, no que tange ao papel imparcial ou não dos meios de comunicação.

A imprensa é uma instituição importante para os estudos historiográficos, seja como fonte ou como objeto de pesquisa. A historiadora Tania Regina de Luca traz um pouco das dificuldades levantadas no uso da imprensa como fonte histórica.

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor dos métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.<sup>93</sup>

Durante a Primeira República muitos jornais eram denunciados como veículos oficiais de partidos políticos e/ou grupos econômicos. Aloísio de Carvalho Filho em seu artigo, “Jornalismo na Bahia: 1875 – 1960”, apresenta a missão que era atribuída a alguns jornais desde a sua fundação, onde “era uso, então, inculcarem os jornais, logo pelo batismo, a missão política, crítica ou puramente literária, a que se propunham”.<sup>94</sup> Segundo José Weliton Aragão dos Santos na sua dissertação “Formação da Grande Imprensa na Bahia”, nas primeiras décadas republicanas apareceram mais de 400 publicações onde se escrevia de tudo que contemplava o cotidiano dos baianos.

Não é exagero dizer que praticamente se escrevia sobre tudo e conseqüentemente se imprimiam jornais e outros impressos sobre tudo: humor, literatura, política, medicina, notícias em geral, músicas, artes, informações marítimas, comércio, vida forense, religião, ciências, esportes, defesa da loucura, notícias estudantis, maçonaria, socialismo, operários, mulher, marinheiros.<sup>95</sup>

Apesar desta diversidade de impressos, Santos alerta para um fator importante: a sobrevivência destas publicações. No período onde é desenvolvida esta pesquisa, o autor alerta que “somente as publicações que nasceram apoiadas em capital para

---

<sup>93</sup> LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2015. p. 112.

<sup>94</sup> FILHO, Aloísio de Carvalho. *Jornalismo na Bahia: 1875 – 1960*. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p.80.

<sup>95</sup> SANTOS, José Weliton Aragão. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) IFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.p.33.

comercializar a notícia, vender publicidade ou para servir de instrumento partidário, sobreviveram”.<sup>96</sup> Os principais jornais baianos que se propuseram a registrar o bombardeio a que foi submetida a cidade do Salvador, impressos como o Diário da Tarde, Diário da Bahia, Gazeta do Povo, Diário de Notícias e Jornal de Notícias, estão nesta lista dos sobreviventes.

Várias empresas jornalísticas foram fundadas com vinculação política e/ou sem vinculações, mas poucas chegaram até 1911. Entre as que chegaram, as mais antigas foram o Diário da Bahia (56 anos), Diário de Notícias (36 anos), Jornal de Notícias (36 anos) e A Bahia com 16 anos.<sup>97</sup>

Estes periódicos iniciaram uma verdadeira batalha com um objetivo bastante específico: a busca pelo convencimento e adesão do leitor. É justamente esta busca que levou no caso da Bahia, após a intervenção federal a uma mudança significativa no arsenal utilizado. Saíam os militares, os soldados, os cavalos e canhões para dar lugar aos jornalistas, o papel e a tinta. A busca por uma explicação ao bombardeio de 1912 gerou um verdadeiro embate entre os principais jornais, não só os da Bahia. A charge da revista *O Malho* sintetiza esta etapa do conflito, onde um mesmo fato histórico apresentava versões completamente diferentes, sendo possível identificar o lado escolhido pelo periódico, os que defendiam a intervenção federal e aqueles que a criticavam.



**Figura34: No frigar dos ovos...**  
A disputa pela “verdade” acerca do bombardeio de 1912 na cidade do Salvador dividiu a imprensa de acordo com os interesses políticos que defendiam. Fonte: *O Malho* 17/02/1912.

---

<sup>96</sup> SANTOS, José Weliton Aragão. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) IFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.p.36.

<sup>97</sup> SANTOS, José Weliton Aragão. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) IFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.p.35.

Após a leitura de editoriais e matérias dos principais periódicos baianos do período é possível identificar o viés político de cada jornal, ou seja, o lado que cada jornal escolheu no processo pós-intervenção, seja o do negacionismo ou o da acusação.<sup>98</sup> Um lado aliás que não era declarado, já que havia um discurso de se apresentar como defensor da informação imparcial.

O Diário da Bahia, o Diário da Tarde e o A Bahia buscaram denunciar ao máximo o bombardeio da cidade do Salvador, apresentando em suas matérias um detalhamento impressionante dos fatos. Até a quantidade de balas foram calculadas, constando “78 tiros de peças e canhões, sendo 6 do Forte de S. Pedro, 32 do Barbalho e 40 do São Marcello.”<sup>99</sup> Esses jornais estavam ligados ao grupo oligárquico que estava sendo destituído do poder. Assim não era possível esperar um posicionamento diferente.

É de 1896 A Bahia, congregando, sob a direção de Castro Rebelo Junior, político e poeta, homens de imprensa experimentados como Virgílio de Lemos, Xavier Marques e Raimundo Bizarria. Em 1904 e até 1911, encarnou o pensamento oficial, nas administrações José Marcelino e Araújo Pinho (...). Por seu lado, os que obedeciam à orientação de Severino Vieira, governador de 1900 a 1904, estavam de posse, desde 1 de janeiro de 1901, do Diário da Bahia, em cujas ameias se conservariam até a morte do chefe, em 1917, nesse período constituindo restrito grupo, a quem o ostracismo não enfraqueceu o ânimo.<sup>100</sup>

Esses jornais buscavam alegar que a intervenção federal, além de desrespeitar a constituição, desrespeitava também a autonomia do estado, uma denúncia que buscava conscientizar “o povo sensato da Bahia, homens que pensam, refletem e ponderam, os amigos da Lei e da Razão, estiveram e estão ao lado dos exms, srs. drs. José Marcelino de Souza e Aurélio Vianna”.<sup>101</sup> Eram justamente estes dois políticos, juntamente com Severino Vieira os mais prejudicados com a intervenção federal. O bombardeio colocava um ponto final numa hegemonia de décadas na política baiana, expulsando um grupo oligárquico considerado tradicional, um dos “milagres de S. Marcelo.”<sup>102</sup>

---

<sup>98</sup> Além dos termos utilizados nas matérias, os sujeitos que compunham os impressos também terminaram por fornecer pistas interessantes. Como vimos o jornal A Bahia foi invadido e depredado por ser vinculado ao político Severino Vieira.

<sup>99</sup> *Diário da Tarde*, 12/01/1912.

<sup>100</sup> FILHO, Aloísio de Carvalho. *Jornalismo na Bahia: 1875 – 1960*. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 83.

<sup>101</sup> *Diário da Tarde*, 12/01/1912.

<sup>102</sup> *O Malho*, 20/01/1912.



**Figura 35: Na Bahia: os milagres de S. Marcelo.**  
O bombardeio da cidade do Salvador teve o Forte de São Marcelo como um dos grandes trunfos do Exército. Virou o símbolo da deposição das oligarquias tradicionais na Bahia. Fonte: O Malho 20/01/1912.

Era atribuída a J.J. Seabra a grande culpa pela intervenção, alegando que a busca pelo poder não respeitou o seu próprio estado. O mesmo era responsabilizado não só pelas destruições, mas também pelas mortes provocadas pelo conflito.

O sr. Seabra desmascara-se, afinal S. ex. revela por fim seu grande amor à terra que lhe foi o berço. Quer subir, quer ser governador da Bahia, e como as portas da lei estão fechadas para sua ambição, manda encharcar de sangue as ruas da cidade natal, pelo assassinio covarde e pelas agressões miseráveis. Adiante, sr. ministro! (...). Adiante Seabra! Além do coveiro, das Instituições, tereis a gloria de ser o coveiro dos irmãos que ao vosso nome se assassina.<sup>103</sup>

Por sua vez, a Gazeta do Povo assumiu o status de defensor deste novo grupo que ascendia ao poder, era a imprensa oposicionista.

Do mesmo passo que se formava, em cada conjuntura, a imprensa situacionista, organizava-se a da oposição, está como é intuitivo, muito menos provida de recursos de subsistência, embora rica, como a outra, de substância humana.<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> *Diário da Tarde*, 9/01/1912.

<sup>104</sup> FILHO, Aloísio de Carvalho. *Jornalismo na Bahia: 1875 – 1960*. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p.84.

Coube ao Gazeta do Povo defender com veemência o “seu candidato ao posto de governador”, J.J. Seabra, idealizando-o como um político a frente de seu tempo, que estava buscando o melhor para seu Estado que se encontrava em ruínas com a administração política naquele momento.

Os próceres do Partido Republicano Conservador prestam o mais dedicado apoio à benemérita candidatura do sr. Seabra, ao mesmo tempo que reprovam in lumine as arbitrariedades que aqui estão sendo cometidas pelo governo do sr. Aurélio Vianna, assessorado pela liga Marcello – Severino.<sup>105</sup>

Da mesma forma que era possível identificar nos jornais considerados situacionistas uma relação intrínseca com o grupo que estava sendo destituído, não apenas devido as matérias e editoriais produzidos, mas também pelos indivíduos que estavam a frente destes meios de comunicação, estas mesmas pistas eram claras no “jornal seabrista.”

Por essas alturas, consolidava-se uma corrente política personificada no senhor J.J. Seabra, ministro da Justiça com Rodrigues Alves. Aliados aos vianistas (legionários de Luiz Viana, governador de 1896 a 1900), ocuparam os seabristas posição na Gazeta do Povo, com Antônio Moniz, Octavio Mangabeira, Xavier Marques, já consagrado escritor, Simões Filho e outros. A Gazeta vinha de 1905, vespertino político, tendo, então, por proprietário Virgílio de Lemos. Perdurou no governo Seabra, servindo, duplamente de órgão partidário e órgão oficial.<sup>106</sup>

Se, para uma parte da imprensa, Seabra era o grande culpado, para o Gazeta do Povo a intervenção federal só ocorreu devido à dificuldade de desapego do poder do grupo oligárquico ligado a Rui Barbosa, um grupo que não aceitava a derrota desde a campanha presidencial de 1910. Atacar Seabra e o presidente Hermes da Fonseca era um ato leviano que buscava retirar as suas responsabilidades. Como não era possível negar a intervenção fazia-se necessário ressaltar que a mesma seguiu todas as normas de segurança necessárias para evitar o máximo de destruição e mortes.

A força federal, para manter o prestígio da lei, teve, muito a seu contragosto de recorrer a meios enérgicos. Limitou-se, porém, com o fim de poupar o maior número de vidas e estragos materiais e atacar

---

<sup>105</sup> *Gazeta do Povo* 10/01/1912.

<sup>106</sup> FILHO, Aloísio de Carvalho. *Jornalismo na Bahia: 1875 – 1960*. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 84.

exclusivamente os pontos fortificados que eram edifícios onde funcionavam a assembleia geral e a secretaria do governo, transformados em quartéis de polícia. Os disparos foram os mais certos possíveis, atingindo somente o alvo e causando a mínima destruição material e sendo imediatamente interrompida a ação, assim que evacuados foram os edifícios.<sup>107</sup>

Da mesma que o *Diário da Tarde* se apropriou de uma parcela da população, ao declarar que o “*povo sensato da Bahia*”<sup>108</sup> estava do lado dos seus correligionários, coube ao *Gazeta do Povo* utilizar da mesma estratégia ao citar como “entusiasticamente aclamado pelo povo”<sup>109</sup> foi o 1º tenente João Propício da Fontura Menna Barreto “que num a num ato de verdadeira bravura, foi quem primeiro transpôs o largo da Praça, em um automóvel, para verificar o incêndio que se manifestava no edifício do Palácio.”<sup>110</sup> Difícil era identificar qual grupo oligárquico era mais nocivo aos interesses do bem comum, princípio central da democracia.



**Figura 36: Morte as oligarquias.**  
As oligarquias eram retratadas durante a Primeira República como cogumelos venenosos que deveriam ser exterminados. Apesar deste discurso o que havia era um processo de substituição e não de eliminação.  
Fonte: Careta 09/03/1912.

Esta batalha bastante evidente que permeava a ideia de heróis e vilões, vítimas e culpados entre esses periódicos, algo que não era possível deixar de perceber numa

---

<sup>107</sup> *Gazeta do Povo*, 11/01/1912.

<sup>108</sup> *Diário da Tarde*, 12/01/1912.

<sup>109</sup> *Gazeta do Povo*, 11/01/1912.

<sup>110</sup> *Gazeta do Povo*, 11/01/1912.

simples leitura, era menos evidente nos periódicos *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*. É interessante perceber que estes jornais buscavam evitar as acusações mais diretas aos grupos políticos, direcionando as matérias mais para as consequências do conflito. Ambos buscavam passar uma ideia de que eram meios de comunicação diferentes do seu tempo, pois seguiam uma visão apartidária comprometida com a informação.

Marcou, por assim dizer, exceção, digna de todo realce, o *Diário de Notícias*, apresentando-se inteiramente alheio da política. Seu fundador, o súdito português Manoel Lopes da Silva Cardoso, que chegara à Bahia, pela primeira vez, aos onze anos de idade, a chamado de parentes já aqui domiciliados, imaginou instalar a imprensa rigorosamente noticiosa, tomando por modelo, até no nome, o *Diário de Notícias de Lisboa*. O exemplo seria, aliás, imitado, porquanto menos de um quinquênio depois outra folha se fundava, intitulado-se, também, de notícias (*Jornal de Notícias* – 1879) e prometendo absoluta neutralidade nas lutas dos partidos.<sup>111</sup>

Prometer ser neutro e apartidário é um dos princípios da imprensa, que se perde na sua prática. A ação humana intrínseca nesta atividade não consegue neutralizar as ideologias e paixões. Eram promessas que caíam por terra na Primeira República. Aloísio de Carvalho por mais que diferencie o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* dos demais, deixava claro que ambos tinham “as suas francas simpatias a candidatura de Seabra ao governo, em 1912”.<sup>112</sup>

Seguindo um tom com menos “paixão” acerca da defesa ou acusação dos líderes políticos estes jornais trouxeram detalhes sobre a intervenção federal. Buscando seguir um tom apartidário o *Diário de Notícias* buscava criticar os dois lados envolvidos no conflito.

A justiça estadual, que deveria guardar seu gládio para combater o crime e a iniquidade desce a arena política de viseira erguida, de ponto e branco, para entrar com a justiça federal também em conflitos; ambas avocam a si a resolução da contenda, julgando cada qual possuir dentro da lei toda a competência.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> FILHO, Aloísio de Carvalho. *Jornalismo na Bahia: 1875 – 1960*. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 80.

<sup>112</sup> FILHO, Aloísio de Carvalho. *Jornalismo na Bahia: 1875 – 1960*. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 85

<sup>113</sup> *Diário de Notícias*, 10/01/1912.



Uma das estratégias utilizadas por estes periódicos além de não citar os nomes dos políticos envolvidos era a produção de matérias onde sempre buscava citar o “povo” como a grande vítima do conflito, um grupo que sofria com “o egoísmo criminoso de uns; não querendo respeitar a soberania popular”<sup>114</sup> e o estado da Bahia que devido “a teimosia, a vaidade dos nossos homens públicos, arrastaram a Bahia, a triste condição que seu povo chora atualmente lágrimas de sangue.”<sup>115</sup> Houve uma valorização acerca do papel desempenhado pelos populares durante o conflito, buscando passar a ideia que a verdadeira preocupação dos periódicos era com a população soteropolitana.

Desde 5 h. da tarde que por populares eram colocados sobre o passeio das Portas do Carmo, entrada deste Instituto, cadáveres, (...). Quando às 11 horas da noite o dr. Álvaro Reis, médico legista, e o acadêmico armado Campos, auxiliar deste serviço, ali chegando, fizeram arrombar o portão e auxiliados por populares, carregaram os cadáveres para o necrotério.<sup>116</sup>

O Jornal de Notícias seguindo a mesma postura buscou também fornecer informações ligadas ao povo, trazendo dados acerca dos nomes de mortos e feridos que deram entrada nos hospitais da cidade, dados que ajudaram na construção das tabelas desenvolvidas na parte dois desta pesquisa. Uma figura importante no Jornal de Notícias foi Aloísio de Carvalho, o Lulu Parola, com a séria Cantando e Rindo. Na dissertação, “As cônicas de Lulu Parola na Bahia: desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho (1891 – 1916)”, o historiador Daniel Rebouças de Carvalho, buscou relativizar o suposto papel imparcial deste jornal a partir das crônicas escritas por Parola.

A pesquisa empírica sinalizou que, durante boa parte de sua existência, o Jornal de Notícias, bem como Aloísio de Carvalho mantiveram relações políticas muito próximas com um dos mais destacados políticos baianos da Primeira República: José Joaquim Seabra. Em diversos episódios, ambos estiveram envolvidos nas tentativas do ex – governador de conquistar seu espaço político na Bahia e mesmo depois, quando conseguiu efetivamente o posto do executivo.<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> *Diário de Notícias*, 11/01/1912.

<sup>115</sup> *Diário de Notícias*, 11/01/1912.

<sup>116</sup> *Diário de Notícias*, 11/01/1912.

<sup>117</sup> CARVALHO, Daniel Rebouças de. *As cônicas de Lulu Parola na Bahia: desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho (1891 – 1916)*. Dissertação (Mestrado em História) IFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.p. 66.

Para Rebouças, a aproximação de Aloísio de Carvalho e Seabra adivinha da relação que o jornalista tinha com os grandes comerciantes baianos que viam o candidato ao governo como uma boa alternativa para seus interesses, um candidato que era visto como única alternativa de derrubada da oligarquia que estava no poder. Apesar de não ser o tema principal da pesquisa Rebouças destaca que tudo indicava na existência de “uma relação amistosa e de mútuo interesse, manifestada em diversas páginas elogiosas no JN a atuação política do chefe político (...). Este por sua vez retribuía com declarados elogios aos membros do periódico ou visitando a sede do jornal.”<sup>118</sup>

Esta suposta relação ficou no mínimo implícita nos versos do *Cantando e Rindo* do dia 29 de março, onde uma satisfação era representada com a vitória de Seabra. Era o *Jornal de Notícias* através de seu escritor famoso deixando um pouco de lado a tal neutralidade.

Tomou posso Seabra... Sim, senhor! Pode dizer que foi renhido o pleito!...Se o povo é na República eleitor, nunca nenhum já foi melhor eleito...Deu trabalho... houve uns dias de calor. Desde que o vulgo chama – de respeito; Mas, o triunfo na vida tem valor. Quanto custa; Se não é perfeito! Na política – a luta foi tremenda. Desde o ano passado... E de janeiro. Tem sido mesmo destas de encomenda. Tomou posse, afinal, como queria... E espero aqui que o honrado Brasileiro. Corresponda a esperança da Bahia!<sup>119</sup>

A imprensa de fora do estado também teve papel marcante na cobertura da intervenção federal em solo baiano. A *Revista Careta* e *O Malho* exploraram não só as matérias, mas principalmente se desdobraram nas charges. As ilustrações e caricaturas tiveram um papel importantíssimo, pois conseguiam passar a informação para uma quantidade maior de pessoas devido a sua fácil assimilação.

---

<sup>118</sup> CARVALHO, Daniel Rebouças de. *As cônicas de Lulu Parola na Bahia: desilusão republicana e engajamento político em Aloísio de Carvalho (1891 – 1916)*. Dissertação (Mestrado em História) IFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.p. 69.

<sup>119</sup> *Jornal de Notícias*, 25/03/1912.



**Figura 37: Sobre o tal bombardeio da Bahia.**  
A representação do bombardeio da cidade do Salvador a partir de uma charge do O Malho. Fonte: O Malho 20/01/1912.

Na charge acima do O Malho é possível obter várias informações rapidamente: a mudança do congresso para Jequié, os tiros de canhão disparados do Forte de São Marcelo, o palácio em chamas e a Mulata Velha que simbolizava a Bahia em choque. O Malho era uma revista ilustrada que começou atuar no ano de 1902, ficando famoso não tanto pelos textos, mas pelas charges e caricaturas que na teoria buscavam ironizar a política nacional como um todo, “vendendo” a mesma ideia dos demais: a da imparcialidade.

Contudo uma informação importante relativizava bastante tal pretensão: o seu dono. Tendo como proprietário o deputado Antônio Azeredo, crítico ferrenho de Rui Barbosa. Azeredo que através do seu impresso criticou bastante o político baiano durante a campanha presidencial do ano de 1910, teve a mesma ação durante a intervenção de 1912, buscando sempre ironizar Barbosa e o grupo oligárquico que apoiava.

Enquanto nas charges do O Malho, Rui Barbosa é apresentado como um político que não aceitava a derrota proveniente das urnas e buscava utilizar da sua oratória para desestabilizar a política nacional e o local, o presidente Hermes da Fonseca era apresentado como um político forte que usava sim da força, mas uma força necessária para a manutenção da ordem, algo que era reconhecido pelo próprio “povo”.



**Figura 38: Viva o Marechal Hermes!**  
A representação do presidente Hermes da Fonseca como um político aclamado pelo povo. Fonte: O Malho 27/01/1912.

Esta estratégia seguida pelo impresso é interessante. A partir dela é possível denunciar que de fato houve uma intervenção federal que culminou do bombardeio da cidade do Salvador. Mas ao mesmo tempo era possível justificar que tal ação só havia ocorrido devido à desobediência de uma ordem federal respaldada pela constituição.



**Figura 39: Meteorologia política.**  
A meteorologia política durante as Salvações. Fonte: O Malho 20/01/1912.

Na charge acima o impresso procura deixar mais do que claro a sua interpretação acerca dos fatos: que a intervenção federal em solo baiano tinha como único culpado o grupo político que pelo amor ao poder não quis ceder a uma ordem federal. Além da ilustração um diálogo entre a República, representada por uma mulher, e o Zé Povo

acompanhava a imagem para não deixar nenhuma possibilidade de erro de interpretação.

República: - Vejam só que diferença de tempo! Enquanto em S. Paulo resplandecia o sol do acordo, na Bahia reinava medonho temporal!

Zé Povo: - Cousas da meteorologia política... Aliás, se é uma verdade que – Quem semeia ventos colhe tempestades – também não é menos verdadeiro que – Quem semeia paz só pode colher flores.<sup>120</sup>

Essa “meteorologia política” foi tenebrosa em vários estados, sendo acompanhada de perto pelo presidente. No caso da Bahia O Malho buscando demonstrar o comprometimento do chefe do executivo, buscou ressaltar a tentativa de reposição do governador que havia sido destituído, recondução onde atribuía a Hermes a ação de ter solicitado a reposição. Numa assimilação de aviões que estavam sendo abatidos como os estados que sofriam com a política das salvaguardas, no caso da Bahia o presidente havia mandando “repor outra asa”, uma reposição que não durou por muito tempo.



**Figura 40: A semana de aviação política.**  
A reposição ou substituição das oligarquias durante as primeiras décadas da república. Fonte: O Malho 27/01/1912.

Outro meio de comunicação carioca que se destacou na cobertura do bombardeio da cidade do Salvador foi à revista Careta, que através de versos e imagens também teve uma ação política ao retratar a intervenção. Fundada em 1908 por Jorge Schmidt, a

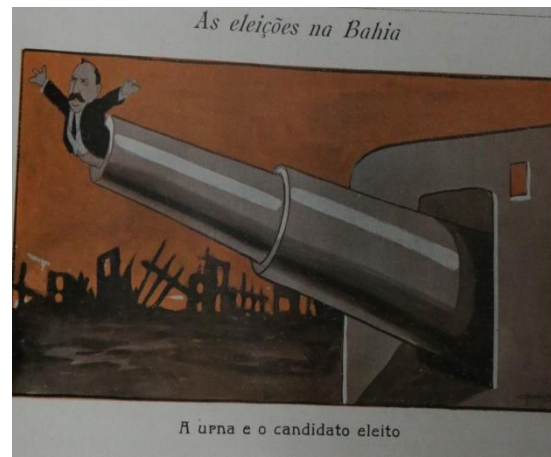
---

<sup>120</sup> O Malho, 20/01/1912.

revista que também utilizava das charges e ilustrações, chegou apoiar Rui Barbosa na campanha presidencial em 1910. A crítica ao governo de Hermes da Fonseca era visível nas suas publicações, algo que acarretou na censura a mesma pelo governo do general no ano de 1914. Diferente do O Malho, a revista Careta buscou através de charges e fotografias retratar o bombardeio associando a figura de J.J Seabra. A relação do mesmo com o general Sotero de Menezes e a associação do político ao canhão foi comum entre as matérias que retratavam a intervenção na Bahia.



**Figura 41: O bombardeio da Bahia.**  
O General Sotero de Menezes é recebido por José Joaquim Seabra no Rio de Janeiro. A intervenção na Bahia sagrava-se vitoriosa.  
Fonte: 10/02/1912.



**Figura 42: As eleições na Bahia.**  
A consolidação de J.J Seabra na Bahia. Fonte: Careta 10/02/1912.

No fim por mais que o bombardeio ocorrido na cidade do Salvador, tenha levado a uma substituição do grupo político do estado, resolvendo talvez uma disputa que começou em 1910 ainda com a campanha presidencial, não podemos deixar de destacar que essa disputa política não ficou restrita aos políticos. A ação dos populares nas ruas é de se destacar, ainda no período que havia uma maior dificuldade de se fazer presente, de ser ouvido. Foram graças a estas manifestações populares que imprensa sentiu a necessidade de prolongar essa batalha utilizando agora das armas que lhe eram disponíveis. O bombardeio de 1912 não serviu apenas para transformar a política na Bahia, foi também um momento importante para se identificar como as classes populares fizeram e seguiram fazendo parte da difícil vida política do Brasil durante a República.

## PERIÓDICOS CONSULTADOS

### **Rio de Janeiro**

*O Malho*

*Revista Careta*

### **Salvador**

*A Bahia*

*Correio da Bahia*

*Diário da Bahia*

*Diário de Notícias*

*Diário da Tarde*

*Gazeta do Povo*

*Jornal de Notícias*

## FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus governadores da república*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. *Bahia de Todos os fatos: cenas da vida republicana (1889 – 1991)*. 2. ed. Salvador, 1991

BARROS, F. Borges de. *Dr. J. J. Seabra, sua vida, sua obra na república*. Bahia: Imprensa do Estado, 1931.

SÁ, José de. *O bombardeio da Bahia e seus efeitos*. Bahia: Diário da Bahia, 1918.



## BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO E SOUZA, Felipe. A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (1880 – 1900). Tese (Doutorado em História) Campinas: UNICAMP, 2018.

BASBAU, Leôncio. *História sincera da República: das origens a 1889*. 3. ed. São Paulo: Alfa – Omega, 1968.

\_\_\_\_\_. *História sincera da República: de 1889 a 1930*. 4. ed. São Paulo: Alfa – Omega, 1981.

BELO, José Maria. *História da República: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira (1889 – 1954)*. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BURKE, Peter. *História como Memória Social*. In: *Variedades de História Cultural*. Trad. De Alda Porto, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.73.

CARONE, Edgar. *A primeira República: 1899 a 1930*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

\_\_\_\_\_. *A República Velha II: evolução política (1889 – 1930)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1975

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão Conceitual*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, Daniel Rebouças de. *As cônicas de Lulu Parola na Bahia: desilusão republicana e engajamento político em Aloisio de Carvalho (1891 – 1916)*. Dissertação (Mestrado em História) IFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. “Muitos votantes e poucos eleitores: a difícil conquista da cidadania operária no Brasil Império (Salvador, 1850 – 1881). *Varia História*. Belo Horizonte, v.30, n.52, jan – abr.2014.

\_\_\_\_\_. *Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919*. Dissertação (Mestrado em História) Salvador: UFBA, 2001.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. *A Bahia e a “civilização”: a cidade do Salvador no Brasil republicano*. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA N° 01 – Ano I – Agosto/2010*, p.7.

COSTA, Silvio. SANTOS, Nilvado dos. *Positivismo e República*. In: COSTA, Sílvio (org.). *Concepções e formação do Estado Brasileiro*, São Paulo: A. Garibaldi, 1999. p.9.10.

FERREIRA FILHO. Alberto Heráclito. *Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)*. *Revista Afro-Ásia*. Salvador, n. 21-22. p. 246. 1998-1999.

FILHO, Aloísio de Carvalho. *Jornalismo na Bahia: 1875 – 1960*. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

HAMURABI, Caio Platão. *J. J. Seabra: sua vida, suas obras*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *A história vista de baixo*. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. pp.216.231

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. Feira de Santana: Uefs Editora, 2012

\_\_\_\_\_. *E a Bahia civiliza-se ... Ideais de civilização e cenas de anti- civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912/1916*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, 161 p.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, 2015.

MARTINS, Ana Luiza. *O despertar da República*. São Paulo: Contexto, 2001.

NEGRO, A. L.; BRITO J. . *A Primeira República muito além do café com leite*. Topoi (Online): revista de história, v. 14, p. 197-201, 2013

NEVES, Margarida de Souza , HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. 10. ed. São Paulo: Atual, 1991.

NORA, Pierre. *Entre memória e História: os lugares da memória*. Revista Projeto Histórico, São Paulo: PUC, nº 10, 1994.p.7.30.

PANG, Eul – Soo. *Coronelismo e oligarquias: a Bahia na primeira República brasileira, 1889 – 1943*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

- PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Salvador: Livraria Agir, 1945.
- PEREIRA, Flávia Borges. *Salvações no Nordeste: política e participação popular*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011, p.25.
- PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1999.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia. Difusão e adaptação de modelos urbanos, (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- QUARESMA, Mônica dos Santos. *O Salvacionismo na Bahia: o político e a política em J.J. Seabra: 1912 – 1916*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- SANTOS, José Weliton Aragão. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) IFCH, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.
- SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2011.
- SARMENTO, Sílvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. Salvador: EDUFBA, 2001
- VIANNA, Hildegardes, A propósito do bombardeio e do seu folclore. In *Revista do IGHB*, Salvador, nº80, 1956, p.217.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

\_\_\_\_\_. *Voto, representação política e soberania popular na república brasileira*. Estudos Ibero – Americanos, Porto Alegre, n° 1, v 1, 2015